Rainer Daehnhardt

PORTUGAL CRISTIANÍSSIMO

Com entrevista de S. FRANCLIM

A Missão Templária nos Descobrimentos, tese polémica há décadas atrás mas hoje plenamente aceite, revista e aumentada pelo autor, traz novas revelações que levam segredos do passado a oferecer esperança para o futuro do caminho português.

Reconhecido pesquisador, nasceu a 7 de Dezembro de 1941 e é descendente de uma família de diplomatas e militares alemães radicados em Portugal desde 1706. Estudou na Alemanha e em Portugal, especializando-se no "estudo da evolução do Homem através da arma e sua utilização".

Presidente da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas - *Portuguese Society of Antique Arms* - desde 1972, representa Portugal em congressos internacionais.

Membro da *Rowland Society*.

Membro da *Gesellschaft für Historische Waffen und Kostümkunde* de Berlim.

Membro da *Arms and Armour Society* de Londres.

>

zéfiro

Portugal Cristianíssimo

Rainer Daehnhardt

Portugal Cristianíssimo

Zéfiro

Esta obra não pode ser reproduzida ou transmitida por
qualquer processo à excepção de excertos para divulgação.
Reservados todos os direitos, de acordo com a legislação em vigor.

Capa: Pormenor de uma gravura do atlas ptolemaico de Servetus, de 1535, Lugduni, da autoria de Martin Waldseemuller. Mostra, em 1508, o "cristianíssimo" Rei D. Manuel I de Portugal que, depois de Neptuno, é o primeiro de todos os mares. A inscrição em latim diz o seguinte: "O Cristianíssimo Emanuel Rei do Portugal Vitorioso".

Título: Portugal Cristianíssimo
Autor: Rainer Daehnhardt
Revisão: Zéfiro
Impressão: Publidisa
Distribuição: Contra Margem - *Tel.: 919666918*
1ª Edição: Setembro de 2005
ISBN: 972-8958-01-3
Depósito Legal: 231736/05

© 2005, Rainer Daehnhardt & Zéfiro

Zéfiro – *Edições e Actividades Culturais, Unipessoal Lda.*
Apartado 1047 – 2856-909 Corroios – Portugal – Tel.: (+351) 914848900
zefiro@zefiro.pt – www.zefiro.pt

Indice

Nota do Editor 9

Livro Primeiro — Portugal Cristianíssimo

A Razão de Portugal 15
Papa e Contrapapa 21
O Espírito da Cavalaria Templária 27
D. Sebastião: Rei Iniciado 30
Em Busca do Reino do Preste João 31
O Espírito de Portugal Hoje 39
O Sonho Português 42

Livro Segundo — A Missão Templária nos Descobrimentos

Introdução 53
Os Templários na Formação e Expansão de Portugal 57
Em Demanda do Reino do Preste João 71
O Cristianismo Ariano 79
A Ordem de Cristo, Herdeira da Tradição Esotérica 93
A Mensagem dos Pergaminhos Coptas 107
Conclusão 125

NOTA DO EDITOR

A razão de uma nação está no princípio da sua História. E essa razão será sempre maior conforme o posicionamento da sua História: ou no lado físico ou no lado metafísico. Assim, a História de Portugal tem uma razão superior, pois a sua História sempre se estruturou a partir do lado imaterial. Contudo, essa História poderia ser nula ou mesmo inexistente se a palavra não a registasse com o engenho que somente alguns podem ter, quer seja por arte, quer seja por inspiração.

Rainer Daehnhardt é a mão que prolonga a História superior, construindo-a, contudo, com a força da História material. Deste modo, surge uma nova edição de *A Missão Templária nos Descobrimentos* depois de o autor em 1991 ter apresentado, pela primeira vez, a quase herética tese que dizia que os Descobrimentos tinham sido realizados pelos Templários (tal ideia, então, era tida como um enorme absurdo, pois os Templários já não existiam). Mas em Portugal a Ordem de Cristo fora a herdeira directa da Ordem do Templo, e os segredos desta passaram para a primeira. Nesta nova edição, o autor faz novas revelações sobre a História iniciática portuguesa. Por conseguinte, esta edição não é mais uma, pois contém novas e surpreendentes revelações sobre a História mais secreta (ou, se se preferir, ocultada) de Portugal.

Assim, nasce um novo livro. Por isto, ler *Portugal Cristianíssimo* é redescobrir a missão do país lusíada num todo nunca antes pensado. A teoria é a mesma — a verdade, contudo, é maior.

T
U
C
AL

Livro Primeiro

Portugal Cristianíssimo

S. Franclim

Entrevista Rainer Daehnhardt

Os testemunhos são claros: a verdadeira História de Portugal passa pelo conhecimento da sua tradição esotérica, legada pelos Templários e propagada no Mundo pela Ordem de Cristo.

EDUARDO AMARANTE

A RAZÃO DE PORTUGAL

O que foi Portugal no seu início: acaso ou um projecto para transformar a História?

Só essa questão dava para fazer uma palestra. Todavia, é fundamental para se compreender quem somos. Se pensamos que Portugal nasceu por acaso, estamos, então, completamente fora da carroça. Obviamente que Portugal nasceu com uma razão muito própria, surgindo logo as perguntas: Quem é que está por trás dessa razão? E quem é que está por trás do pensamento que criou Portugal? A resposta mais fácil é dizer que foi o povo. O povo é constituído pelos habitantes de uma zona geográfica. Esses habitantes podem ter os seus pensamentos próprios, podem ter as suas vontades próprias. Mas, enquanto essas vontades não estiverem alinhadas, enquanto elas não estiverem orquestradas, o povo nem identidade possui. A identidade de um povo só surge através de uma aglomeração de vontades paralelas. Sem conhecimento dessa ideia básica, as

pessoas começam primeiro por formar identidade dentro de uma família, depois dentro de uma povoação, dentro de um vale, e depois dentro de um contexto mais largo. Assim, surge uma vontade colectiva, e, quando surge essa vontade colectiva, surge, por conseguinte, a identidade do próprio povo.

Essa identidade, no que é hoje Portugal, já havia existido na época dolménica. Sofreu várias modificações, criando uma identidade própria no período dos lusitanos, que curiosamente foi, em primeiro lugar, forjada em resposta a um inimigo comum. O inimigo comum foi Roma, que simplesmente fez tudo para anular essa identidade lusa, identidade lusa que teve um peso enorme, pois os romanos nunca tinham tido um adversário com a qualidade de Viriato. Só Viriato, no período de tempo em que chefiou os diversos povos da Península Ibérica contra o invasor romano, causou mais de 25 mil baixas nas legiões romanas. Este homem surgiu do nada. Não era Rei, não era nada. Nem militar era. A identidade lusa surgiu, em primeiro lugar, como acto de auto-defesa de uma vontade comum, de uma vontade comunitária. Podemos dizer que graças ao adversário conseguimos despoletar dentro de nós a identidade lusa. E isto, por sua vez, dá-nos uma grande esperança relativamente ao futuro. Enquanto tivermos adversários que nos queiram denegrir, que nos queiram abater, escravizar, a capacidade lusa está sempre na resposta.

E essa capacidade faz-nos crescer...

Pois faz. Por exemplo: na Guerra do Ultramar qualquer oficial dizia que os grupos de combatentes açorianos eram os mais ferozes, porque eles não tinham a política de estratégia da retirada. De certa forma, isso pode-se aplicar àquilo que foi a Lusitânia... O adversário vinha sempre de Leste. A Ocidente, só temos o mar. Ou caímos no mar, ou

submetemo-nos, ou damos a resposta. A resposta será sempre terrível. Tal constitui um pormenor muito importante, porque nos leva a compreender como renasce a Lusitânia no século XII. A Lusitânia no século XII não renasce com a vontade da população portuguesa. Ela podia existir. Mas tornou-se necessário que alguém chefiasse uma população que estava ansiosa por tomar o seu próprio rumo. Tem de haver essa concordância. E essa concordância vem-nos de fora. Essa concordância vem, em primeiro, através do Conde D. Henrique, um borgonhês (e que ninguém diga que era francês), e da sua mulher, D. Teresa. Mas o filho de ambos, Afonso Henriques, teve um grande mestre por trás. A ligação entre D. Afonso Henriques e esse grande mestre é onde reside o conhecimento da chave para a existência de Portugal. Esse mestre é São Bernardo de Claraval, o grande monge cisterciense. Até digo mais: não foi uma decisão de D. Afonso Henriques criar Portugal. Não foi uma decisão do Rei de Leão para este aumentar o seu Reino. Não foi uma decisão papal a criação de Portugal. Não foi uma decisão da população portuguesa criar Portugal, apesar de poder ter tido esse desejo. A decisão de criar Portugal está centrada num só homem: São Bernardo de Claraval.

E por que razão criou Portugal?

Por razões muito específicas. Temos de ver a época em que se enquadra a situação. Estamos no século XII. O grande perigo para o cristianismo dentro da Europa era, na altura, o Islão, que avançava geograficamente como se fosse uma meia-lua. Uma ponta avançava pelo norte de África, chegando mesmo a entrar dentro da Península Ibérica, e a outra ponta pelos Balcãs. Perante esta situação, cada vez mais grave, e assistindo-se à possibilidade de o Islão tomar toda a Europa, houve o planeamento, por parte de São Bernardo, de um ataque triplo ao Islão. O que é que ele fez? Se virmos aquela meia-lua, ele atacou cada uma das pontas.

Desenvolveu a Ordem Templária em Portugal, para lutar aqui contra o Islão; e criou, na ponta contrária, a Ordem Teutónica. Foi São Bernardo que escreveu os estatutos para a Ordem Templária, que, apesar de ter no início só nove homens, passou a ser composta por milhares de homens. São Bernardo também criou a Ordem Teutónica do nada, e a Ordem Teutónica originou a barreira para os perigos vindos do Oriente. Se olharmos para a cruz templária utilizada em Portugal e se olharmos para a cruz teutónica, usada pelos cavaleiros teutónicos, que criaram a Lituânia, a Estónia, a Letónia, mais uma enorme barreira de castelos, vemos que a cruz é a mesma.

Bastante curioso...

A primeira cruz templária era vermelha e a da Ordem Teutónica era preta. Nunca reparou que a cruz de ferro portuguesa na I Guerra Mundial é muito parecida com a alemã?

Sítios diferentes, com Ordens diferentes, mas que comungam do mesmo espírito...

Cada vez que Portugal está numa situação de aflição extrema, vem sempre alguém dos países germânicos para ajudar Portugal.

Refira-me alguns exemplos.

Por exemplo... A Guerra da Restauração estava a ser perdida por nós. De repente, vem o Duque de Schomberg. Os últimos anos da guerra foram os decisivos, pois já ninguém apostava em nós. A nossa guerra havia começado com Espanha a lutar contra a França, contra a Catalunha e

contra Portugal. De repente, em 1660, a Espanha ganha contra a Catalunha e há uma remodelação da política francesa. Uma princesa de Espanha casa com o Rei de França. Com isto, foram lançados contra Portugal todos os exércitos que estavam nos Pirinéus. Nessa altura, já ninguém apostava um "tostão furado" em nós. Nessa altura, os nossos exércitos que estavam a lutar contra os espanhóis já não eram pagos há muito tempo. Aliás, não havia sequer dinheiro para pagar a comida para os exércitos! Os nossos exércitos estavam a pilhar aldeia por aldeia, roubando galinhas e porcos para simplesmente se alimentarem. A própria população portuguesa estava a favor da desistência desta teimosia de independência a favor de Espanha, para que houvesse paz, para que não tivessem lugar mais pilhagens por parte das nossas tropas. Nesta situação, o Duque de Schomberg aparece em Portugal, porque considerou a causa portuguesa a mais digna. Os espanhóis ofereceram ao Duque de Schomberg dez vezes mais do que valor que Portugal lhe ia pagar, e isso até ao fim da sua vida, se ele saísse de Portugal. E o Duque "mandou-os à fava". Disse que não queria receber mais mensageiros da parte dos espanhóis.

Mais um facto ocultado na nossa História tradicional.

Sempre ocultado, pois é sempre difícil aceitar ordens que vêm de fora. Isto aconteceu no século XVII. No Século XVIII, tivemos o terramoto. Com o terramoto de 1755, perdemos o arsenal militar e ficámos fragilizados. Quando um país mostra fraqueza, é sempre sinal para os vizinhos de que é a altura de atacar. Foi o que aconteceu. Em 1762, um exército franco-espanhol invade Portugal. E vergonhosamente os nossos militares naquela altura não tiveram capacidade de resposta. Foi a própria população que entrou em escaramuças em diversos locais, tentando desenhar a resistência contra a invasão franco-espanhola. Nesta aflição, o

Rei de Portugal pede ajuda ao Rei de Inglaterra, baseado na velha aliança. O Rei de Inglaterra era da casa de Hannover, era um alemão que estava no trono inglês, e este, em vez de mandar um enorme exército para nos ajudar, manda um navio de onde saem cinco homens: o Conde de Lippe, o Príncipe de Brandeburgo e mais três amigos. O que é que fez o Conde de Lippe? Primeiro, recebeu plenos poderes da parte do Rei de Portugal, enquanto o Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras, preparava a saída do governo português para o Brasil. O Conde de Lippe mandou mancebos com bandeiras e tambores pelas aldeias à volta de Lisboa para tocar a todos para ajudar a salvar Portugal. E ele, em dezoito dias, pôs um exército em pé. Olhava directamente para as caras das pessoas. Quem lhe olhava directamente nos olhos, nomeava logo sargento. Quem tinha os botões trocados, baixava de posto. O homem, em dezoito dias após a sua chegada, pôs um novo exército em pé! Como não tinha armas, fez a guerra de guerrilha. Roubou as armas ao inimigo, assim como a pólvora necessária. Até os alimentos ele roubava ao inimigo. Nós combatemos em 1762-63 com o armamento dos outros. Estive na Alemanha a estudar os documentos que ele deixou em relação à sua estada em Portugal. Ele dizia que não havia povo como o português. De facto, escreveu algo do género: "Amanhã vamos ter uma confrontação das piores. Ainda fui verificar as primeiras linhas. Encontrei muitos soldados descalços, encontrei capitães que nem espada tinham, encontrei um soldado que estava a fazer de sentinela que nem cão tinha no seu mosquete, isto é, a espingarda não servia para nada. De uma encosta, surgiram uns voluntários apresentar-se ao serviço. E eu perguntei com o quê. E eles disseram que contavam com as suas sacolas cheias de pedras. Que grande povo que me foi dado liderar." Resultado: em Madrid já estavam a decorar as ruas com grinaldas de flores para a grande parada da vitória; mas ele transformou uma derrota certa numa grandíssima vitória para os portugueses.

Expulsou os espanhóis e os franceses. E fez isso com um truque interessantíssimo: serviu-se dos planos de marcha do Condestável do século XIV.

Já agora: qual foi a recompensa que o Conde de Lippe recebeu?

Não quis dinheiro nenhum. Recebeu o título de Sua Alteza, sendo a única pessoa que não era da família real que tinha tal título; recebeu um colchete de D. José, assim como uma bateria de seis canhões em miniatura.

E a História ocultou-o passado algum tempo.

Sim. Em parte por falta de conhecimento das pessoas. Reorganizou o exército português e desenhou o primeiro submarino do Mundo, que esteve representado nos mapas da marinha alemã durante vinte anos; aliás, ele fez planos para construir um submarino em Lisboa em 1774, submarino com o qual ele queria passar debaixo da capa de gelo polar (tal só em 1958 é que aconteceu). Foi um homem muito avançado para a sua época.

PAPA E CONTRAPAPA

Mas regressemos ao século XII. Falava de São Bernardo...

Sim. São Bernardo atacou o Islão numa das pontas com a Ordem Templária e na outra com a Ordem Teutónica. Naquela altura, haviam surgido as cruzadas. A razão

oficial das cruzadas era a libertação do Santo Sepulcro. Isto não tem sentido. Ninguém sabia onde ficava o Santo Sepulcro. A razão era outra. E pergunto: qual era o coração sagrado do Islão? Faz um triângulo com três cidades: Meca, Medina e Jerusalém. Meca e Medina estão dentro da Península Arábica. Para lá chegar, tinha que se dar a volta a África, não sendo possível na altura. A única cidade que estava realmente perto era Jerusalém. E Jerusalém está a um dia de marcha de quem vem do Mediterrâneo. Mas, como os cruzados eram nórdicos, a sua maioria era da Alemanha, estes, vindos de barco, tinham que passar pela costa portuguesa e por Gibraltar. Por isto, tinha que se libertar Portugal do poder muçulmano, pois só assim podiam passar os cruzados sem grandes perigos até à costa da Palestina. Esta é uma das primeiras razões para a criação de Portugal.

D. Afonso Henriques fez uma coisa inteligente. Quando os cruzados passavam e descansavam em Portugal, ele usava-os. Deste modo, tomou Lisboa, Santarém e outras cidades. O tal grande assalto ao centro do coração do Islão, o assalto a Jerusalém, só se conseguiu mediante a ajuda portuguesa. Este triplo assalto, com a Ordem Templária, com a Ordem Teutónica e os cruzados que surgem em Jerusalém deve-se a São Bernardo de Claraval. Portanto, a Europa, como ainda hoje existe (apesar de ser só "cacos"), deve-se ao planeamento de um monge cisterciense do século XII!

Agora, é interessante verificar-se como se cria Portugal. O que nos ensinam sobre os problemas entre D. Afonso Henriques e a sua mãe são coisas relativamente secundárias. *O que se passa, em primeiro lugar, é de máxima importância*; tem a ver com as leis da Idade Média. Quem fosse filho de vassalo, vassalo era. Como o Conde D. Henrique era vassalo do Rei de Leão, o seu filho, Afonso Henriques, era vassalo do mesmo Rei. Tudo o que D. Afonso Henriques conquistasse aos mouros seria simplesmente para aumentar o Reino de Leão. O que vergonhosamente não nos

contam era que o próprio Rei de Leão tinha tomado Lisboa poucos anos antes de D. Afonso Henriques a tomar definitivamente. A tomada de D. Afonso Henriques de Lisboa foi a sétima tomada cristã de Lisboa. Lisboa tomou-se e perdeu-se, tomou-se e perdeu-se... Foi a sétima tomada cristã depois da queda do Reino visigodo. Qual foi a diferença entre essa tomada e as anteriores? Manteve-se. Como podia D. Afonso Henriques ser Rei? Havia uma vaga hipótese de um juiz superior ao Rei de Leão o reconhecer. Esse juiz era o Papa. Por isto, D. Afonso Henriques necessitava do reconhecimento papal. Como poderia obtê-lo? Usou uma espécie de truque que não nos contam. D. Afonso Henriques ofereceu Portugal ao Papa. Quis ser o seu representante cá. No início, o Papa aceitou Portugal, mas não reconheceu D. Afonso Henriques como Rei de Portugal. Primeiro só o reconheceu como *dux*, como Duque. Mas D. Afonso Henriques, mesmo antes da tomada de Lisboa, já assinava documentos como Rei. Ele considerava-se Rei. Como D. Afonso Henriques se considerava Rei, o Rei de Leão fez o "truque" ao contrário; foi ao Papa e pagou-lhe para que fosse reconhecido como Imperador da Hispânia. Assim, mesmo que D. Afonso Henriques fosse Rei, ele continuava por baixo do Rei de Leão, que nessa altura já seria Imperador. Outro dos grandes segredos que não nos contam é acerca da figura do Papa. Não era um Papa: eram dois. Quem apostou no Papa foi o Rei de Leão. Quem não apostou no Papa, mas no Contrapapa foi D. Afonso Henriques.

Mas temos de saber quem é o Papa e quem é o Contrapapa. Isto depende das interpretações que a Igreja nos dá. Uma coisa é ser Papa na altura, havendo um outro que não o é. Outra coisa é séculos mais tarde a História da Idade Média ser reescrita com a anulação da existência de xis Papas. Alguns Papas que o haviam sido verdadeiramente, deixaram de existir e Papas que eram Contrapapas passaram a ser Papas. Isto é um problema muito grave. Tudo começa com o aparecimento do primeiro Papa judeu. Que

é outro dos grandes segredos que não nos contam!

E convém que não contem...

E isto está intimamente ligado ao nascimento de Portugal. Em Roma, havia um banqueiro judaico. Como os cristãos não podiam emprestar dinheiro, ele emprestava-o com juros. Conseguiu, assim, que muita gente lhe ficasse devedora. Passou a ser uma espécie de Rei, pois as suas ordens eram simplesmente cumpridas. Naquela altura, os Papas eram escolhidos pelo concílio dos cardeais, como hoje. Porém, na altura, os lugares de cardeais eram comprados. Tivemos cardeais com cinco anos de idade. Então, este banqueiro de Roma, a dado momento, tendo tudo, viu que só lhe faltava ser Papa. Mas isso já era pedir demais. Resolveu que o seu filho é que teria de ser Papa. Assim, de um dia para o outro, converteu a sua casa ao cristianismo. Logo a seguir, comprou uma cadeira papal para o seu filho. Nesse período, o Papa era Honório II, que se esperava que governasse mais um mês ou dois. Porém, acabou por durar muito mais para desespero dos diversos partidos que havia entre os cardeais. Com a lei do veneno, da adaga e da intriga, ficaram só dois partidos para "tratarem" da sucessão. Quando Honório já estava mesmo muito mal, esses dois partidos resolveram juntar só oito cardeais para assistir à morte do Papa e decidirem entre eles quem seria o sucessor. Para a escolha havia dois candidatos: um era o filho do banqueiro, o outro o que havia sido proposto pela casa de Cister. Como não havia segurança em Roma, decidiu-se retirar Honório II para um castelo nos arredores com os oito cardeais. Em dada altura, o filho do banqueiro teve de ir a Roma tratar de alguns assuntos, deixando quem cuidasse dos seus interesses junto a Honório II. Parte dos cardeais decidiu "resolver o assunto", pois eram, então, quatro contra três. Como era costume da época, colocou-se a almofada em cima da cabeça do Papa, e Honório "apagou-se"!

O escravo do filho do banqueiro foi atrás do seu senhor e deu-lhe a notícia de que Honório II tinha morrido e que outro Papa tinha sido escolhido com quatro votos contra três, tomando o nome de Inocêncio II. O que é que faz o filho do banqueiro judeu? Auto-proclama-se Papa e toma o nome de Anacleto II. E, em vez de voltar ao castelo, corre logo em direcção a Roma e, ainda por cima, já estava adiantado relativamente a Inocêncio II, que também correu em direcção a Roma. No mesmo dia, temos dois Papas que estão a correr em direcção a Roma! Mas os dois não se encontraram. E porquê? Inocêncio II corre para a cadeira de S. Pedro para dar a mão a beijar e toda a gente o reconhecer. Anacleto II corre para os cofres do Estado. *(Risos...)* Resultado: no dia seguinte, toda gente aceitou Anacleto II, pois ele é que tinha o dinheiro. Inocêncio II foi afastado, passando a ser o Contrapapa. Inocêncio II teve de sair de Roma e refugiou-se em França. O único apoio que teve foi o dos monges de Cister, que tinham São Bernardo de Claraval como grande cabeça. A nível mundial, Inocêncio II só teve três pessoas a apoiá-lo: São Bernardo de Claraval, em primeiro lugar, D. Afonso Henriques, que apostou no Contrapapa, e houve um terceiro a apoiá-lo.

E quem foi o terceiro que apoiou o que ficou Contrapapa?

O Imperador da Alemanha. E o Imperador da Alemanha, achando que tudo estava mal em Roma, decide ir com o seu exército para tomar Roma. Como isto leva sempre meses, o pai de Anacleto II resolveu arranjar o seu contra-exército. Casou, por isso, a sua filha com Rodrigo da Sicília, que possuía um exército.

Mas há um pormenor interessante que me escapou. Um Papa não podia auto-proclamar-se Papa. Assim, Anacleto II entrou na primeira igreja de Roma, onde estava um

padre do Porto, ordenando-lhe, com a espada na mão, para o declarar Papa; e o padre do Porto declarou-o Papa.

Regressando a Anacleto II, situemo-nos no momento em que ele se vê confrontado sem exército. Por isto, uma das ordens que deu foi mandar derreter todas as alfaias de ouro das igrejas para bater moeda e pagar, assim, a soldados. Ao mesmo tempo, o seu pai banqueiro resolveu casar a sua filha com Rodrigo da Sicília, que só casaria com ela se o dote fosse realmente muito grande; e tal aconteceu. Então, Anacleto II, com os roubos às igrejas montou um exército em Roma, enquanto que Rodrigo veio com o seu exército da Sicília. Tudo para combater o Imperador da Alemanha, que queria colocar Inocêncio II no trono de Roma. Inocêncio II, o tal Contrapapa, o qual D. Afonso Henriques defendia; receberia mais tarde o pedido de reconhecimento da independência de Portugal pelo Rei português.

Resultado: o exército de Anacleto II em Roma obteve maus resultados, pois o ouro surgido do derretimento dos objectos em ouro das igrejas desapareceu. A parte que resultou em moeda foi tão reduzida que sobrou muito pouco para se pagar o exército! Este, mal escolhido, foi insuficiente para impedir que Inocêncio II entrasse em Roma. Quem deu guerra foi, de facto, Rodrigo da Sicília. Mas o Imperador da Alemanha levou a melhor com o seu exército, tomando Roma no final. Anacleto II fugiu, enquanto Inocêncio II era colocado no trono. Mas o Imperador não pôde ficar lá muito tempo. Passado uns meses, foi-se embora. De imediato, Inocêncio II teve que fugir, pois Rodrigo da Sicília regressou com o seu exército e retomou Roma, recolocando Anacleto II no poder. Por isto, quem reinou de facto durante nove anos foi efectivamente Anacleto II com o tal intervalo. O Imperador alemão continuou a apoiar Inocêncio II. Assim, quando Anacleto II morreu, enviou outro exército para Roma para impor Inocêncio II. Nessa altura, já tinha sido escolhido outro Papa judeu. Mas este não teve

sem coragem nem dinheiro, acabando por ser abandonado por Rodrigo da Sicília. Assim, ficou Inocêncio II como Papa quando o Imperador da Alemanha o recolocou no trono.

Então, o reconhecimento de Portugal deve-se à escolha acertada de D. Afonso Henriques.

Sim. Foi Inocêncio II que acabou por reconhecer Portugal. O tal Papa judeu foi o que recebeu dinheiro do Rei de Leão para este ser reconhecido como Imperador da Hispânia. Mas isto foi depois revogado por Inocêncio II.

D. Afonso Henriques acertou mesmo, também seguindo o pensamento de São Bernardo de Claraval na escolha do Papa.

Acertou, e tudo isto, como vimos há pouco, teve a ajuda da Alemanha.

O ESPÍRITO DA CAVALARIA TEMPLÁRIA

Certo é que Portugal cresceu com o espírito da cavalaria, principalmente com o espírito da cavalaria templária, isto é, Portugal cresceu com o espírito iniciático da cavalaria templária. Qual é a importância deste espírito? E este espírito subsistiu posteriormente?

O espírito medieval estava patente em todos os países europeus. O espírito da cavalaria dentro da iniciação tem um enorme relevo para Portugal. Mas houve um problema: o espírito de cavalaria iniciático em Portugal defendia um

cristianismo que não era o de Roma: era o cristianismo na sua pureza inicial, ao qual tinham tido acesso através dos coptas, através dos cristãos arianos, mais tarde através do contacto com os cristãos de S. Tomé, no Índico, e com os cristãos nestorianos, isto é, com o cristianismo nascido dos verdadeiros discípulos de Jesus Cristo e não do cristianismo nascido de S. Paulo.

Certos de que o espírito da cavalaria templária continuou na transformação que houve da Ordem do Templo para Ordem de Cristo por D. Dinis, pergunto-lhe: qual é a essência que é realmente transmitida?

Começa logo pela transmissão dos grandes segredos. E a transmissão dos grandes segredos tem a ver com aqueles segredos que não podemos saber. Mas deixe-me dizer o seguinte: um grave problema nos dias de hoje é a incapacidade que se tem em distinguir o que é ser cristão e o que é ser católico. A maioria das pessoas confunde os dois sentidos. Muitas pessoas acham que ser cristão é ser católico, e que ser católico é ser cristão. Eu não tenho nada contra os cristãos nem contra os católicos, mas isto é misturar alhos com bugalhos. Porque um cristão não consegue ser católico e vice-versa, porque não se pode servir a dois donos ao mesmo tempo. Um cristão serve Cristo, um católico serve o Papa. Houve muitos Papas que verdadeiramente serviram a causa cristã. Nestas alturas, não era difícil a um católico servir ao Papa e servir, ao mesmo tempo, a Cristo. Mas houve muitos Papas que não serviram Cristo. Nessas circunstâncias, Portugal, através dos seus Reis iniciados, distanciou-se do cristianismo papal. Em muitos casos, houve a excomunhão. Não há um outro estado que tenha sido tantas vezes excomungado como Portugal. Portugal foi excomungado 19 vezes. Este é um dos grandes segredos que não nos pode ser revelado.

E convém, pois somos um país com uma pretensa tradição católica.

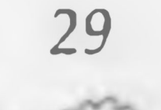
Em suma, os Templários tiveram conhecimentos muito concretos acerca do início do cristianismo. O cristianismo, no seu início, mostrou um grau de pureza inicial extraordinário. Este grau de pureza só se pôde manter em cavaleiros altamente disciplinados. Os Reis iniciados de Portugal, desde D. Afonso Henriques até ao fim da dinastia de Avis, eram Reis iniciados. O nosso D. João IV era boa pessoa, era bom músico, mas de iniciação não sabia nada, se soubesse não tinha caído no erro de anular o arcanjo S. Miguel como padroeiro do Reino e de o substituir por Nossa Senhora da Conceição (embora esta seja merecedora de todo o respeito). Mas, com isto, conseguiu que a casa de Bragança fosse reconhecida como a nova casa reinante de Portugal. Isto foi um jogo político do século XVII. Aqui já não era o cristianismo que estava em causa. O que estava em causa era a necessidade de reconhecimento.

Com a troca de S. Miguel pela Nossa Senhora da Conceição, compreende-se de imediato que D. João IV já estava bastante longe do messianismo e da escatologia portuguesas. Mas antes deste João tivemos um III: como vê o avô de D. Sebastião?

D. João III tem um papel triste, pois ele teve uma animosidade concreta em relação ao seu pai.

E temos a história da noiva que teve outro noivo.

O Príncipe D. João recebeu a sua noiva. O monarca D. Manuel tinha ficado novamente viúvo; vê a noiva do filho e resolve ficar com ela. Assim, casou o pai com a noiva do



filho, e este levou-lhe isto muito a mal. Quando D. Manuel morre, o filho, D. João III, inverteu grande parte das ordens dadas pelo pai.

Uma inversão total na política do Reino.

Uma inversão total. Mas por outro lado D. João III, o Pio, submeteu-se totalmente ao poder papal, enquanto D. Manuel como Rei iniciado teve os seus próprios pensamentos.

D. SEBASTIÃO: REI INICIADO

E D. Sebastião: Rei iniciado ou não?

Eu acredito na iniciação de D. Sebastião. Tenho dúvidas somente no facto de ele ter sabido que foi iniciado. E quem o iniciou também lhe digo: Damião de Góis. O grande cérebro daquela época. Foi professor de D. Sebastião. Foi quem escreveu a obra *A Verdadeira Fé dos Abexins*. Damião de Góis foi amigo pessoal do embaixador da Abissínia na corte de Portugal. Por curiosidade: quando D. João III introduz a Inquisição no seu Reino em 1536, o embaixador da Abissínia é preso em Lisboa. Durante 12 anos é submetido a interrogatórios por causa do cristianismo copta. O único que está sempre ao seu lado é Damião de Góis, que depois acaba por ser acusado pelo Santo Ofício de ter almoçado com Martinho Lutero e de ter vivido 15 dias na casa de Erasmo de Roterdão. Ao fim ao cabo, acusam-no de ser autor de *A Verdadeira Fé dos Abexins*, obra publicada em Antuérpia e colocada imediatamente no *Índex*.

EM BUSCA DO REINO DO PRESTE JOÃO

E acabou por ser assassinado... Falando agora do Preste João: o que significa a busca do seu Reino?

Existiam lendas de um Reino cristão, situado algures na Ásia durante a Idade Média. Essas lendas foram consideradas por toda a Europa como sendo exclusivamente lendas, menos em Portugal. Em Portugal, olhou-se para isso de uma forma muito concreta. Quem olhou para isso de uma forma decisiva foi o Infante D. Henrique, a partir da grande prenda que ele recebeu do seu irmão, o Infante D. Pedro, que fez uma viagem pela Europa, e em Veneza, num jantar com os Doges, mencionou que o Infante D. Henrique estava a juntar todos os conhecimentos acerca de viagens e mapas que houvesse. Possivelmente com algum vinho à mistura, os Doges de Veneza resolveram dar ao Infante D. Pedro um baú cheio de documentos e mapas de Marco Polo, que era tido como um impostor. O que ele contava era tido como impossível. O Infante D. Pedro levou essa arca para Portugal e entregou-a ao Infante D. Henrique. Até isto era considerado lenda, até há pouco tempo. Porém, encontrou-se a lista dos livros da casa reinante portuguesa e lá, ainda no reinado de D. Afonso V, descobre-se o manuscrito das viagens de Marco Polo. Também é interessante ver que a primeira edição do livro de Marco Polo sai no mesmo ano na Alemanha e em Portugal. E por que razão? Os nossos tipógrafos, no início, eram quase todos alemães.

Marco Polo também nos fala de um Reino cristão. Ele até diz das Índias. E o que é que a Abissínia tem a ver com a Índia? A Índia, ou Índias, no século XV, XVI, começa na margem oriental do Nilo. Desde a margem oriental do Nilo até ao Japão situavam-se as Índias. Por isso, o Reino do Preste João das Índias, de facto, estava ali. Quando os nossos navegadores entraram no mar vermelho e encontraram

os primeiros guerreiros que tinham no seu escudo a cruz cristã, mostraram a sua cruz cristã e caíram nos braços uns dos outros! A ligação de D. Manuel, durante o seu reinado, com os coptas foi uma ligação íntima. D. Manuel mandou uma embaixada de quarenta e cinco fidalgos até Roma, mas mandou 400 portugueses até ao Negus da Abissínia! No ano de 1517, D. Manuel fez algo inédito: ofereceu ao Negus da Abissínia uma tipografia completa, assim como uma biblioteca de dois mil e quinhentos livros!

Qual seria, no fundo, a intenção de tudo. Pretendia-se ter somente boas relações diplomáticas com um Estado distante de Portugal? Ou havia algo mais em tudo isso?

Claro. Nós tínhamos conhecimentos através dos Templários. Mas faltavam-nos outros. E nós precisávamos de completar esses conhecimentos. O Reino do Preste João das Índias era um dos locais para onde foi a outra parte.

Uma das duas caravanas que saíram de Alexandria após o incêndio da sua biblioteca foi para lá?

Duas caravanas saíram de Alexandria. Uma foi para o templo do Rei Salomão, que, através dos Templários, chegou a Portugal. E quem teve acesso a esses documentos sabia que faltava uma parte. Por isso, o recado que era dado a todos os navegadores portugueses era: «Trazei-me notícias do Reino do Preste João!» No fundo, tragam-me conhecimentos do Reino do Preste João.

E essas duas partes da biblioteca de Alexandria: foram juntas?

Talvez ainda falte cumprir algo...

Vejo que o seu silêncio guarda algo mais. Contudo, sabemos que os portugueses foram e ficaram na Abissínia, onde inicialmente se estabeleceram relações diplomáticas ao mais alto nível. Os portugueses estabeleceram-se no Reino do Preste João, mas o D. João III acaba com tudo isto. Mas também sabemos que antes do D. João III subir ao trono o seu pai conseguiu cumprir parte dos seus intentos. Em tudo isto, há o fascínio de saber o que foi cumprido. Há conhecimento que passa sempre para além de tudo, ficando por vezes na sonolência do esquecimento ou gravado na pedra. A Abissínia tinha que ter uma importância enorme. Se não tivesse, D. Manuel I não teria dedicado tanto de si e do seu Reino a um país que era, para grande parte da Europa, inexistente.

O mais interessante é ver de onde vem a oposição a esse conhecimento.

Há uma oposição?

Gigantesca.

De onde vem essa oposição?

De Roma. Todos os missionários que estavam na Abissínia receberam ordens de marcha para ir até Roma. Nem um saiu vivo de lá. Nem voltaram a Portugal nem voltaram à Abissínia. E a acção missionária passou a ser feita pelos jesuítas, tendo como consequência aquilo que se passou no Japão. A expulsão total dos jesuítas.

Vejo que o seu silêncio guarda algo mais. Contudo, sabemos que os portugueses foram e ficaram na Abissínia, onde inicialmente se estabeleceram relações diplomáticas ao mais alto nível. Os portugueses estabeleceram-se no Reino do Preste João, mas o D. João III acaba com tudo isto. Mas também sabemos que antes do D. João III subir ao trono o seu pai conseguiu cumprir parte dos seus intentos. Em tudo isto, há o fascínio de saber o que foi cumprido. Há conhecimento que passa sempre para além de tudo, ficando por vezes na sonolência do esquecimento ou gravado na pedra. A Abissínia tinha que ter uma importância enorme. Se não tivesse, D. Manuel I não teria dedicado tanto de si e do seu Reino a um país que era, para grande parte da Europa, inexistente.

O mais interessante é ver de onde vem a oposição a esse conhecimento.

Há uma oposição?

Gigantesca.

De onde vem essa oposição?

De Roma. Todos os missionários que estavam na Abissínia receberam ordens de marcha para ir até Roma. Nem um saiu vivo de lá. Nem voltaram a Portugal nem voltaram à Abissínia. E a acção missionária passou a ser feita pelos jesuítas, tendo como consequência aquilo que se passou no Japão. A expulsão total dos jesuítas.

Mas o envio de uma tipografia para a Abissínia tinha uma intenção concreta?

O Rei de Portugal manda uma tipografia para África, a primeira fora da Europa. Todas as tipografias daquela altura estavam por baixo da censura papal. Ninguém podia imprimir absolutamente nada sem autorização papal. O Reino copta tinha o evangelho de S. Tomé. O evangelho de S. Tomé foi excluído da Bíblia no concílio de Niceia, em 325. Eles anularam do Velho Testamento o livro de Enoch; do Novo Testamento, anularam o evangelho de S. Tomé. Eles tinham ambos. Imagine-se se os tivessem imprimido!

Podiam imprimir esses textos e outros que pudessem ter, principalmente aqueles que provinham de uma das partes que havia sobrevivido ao incêndio da Biblioteca de Alexandria.

O problema era a aversão do cristianismo controlado por Roma a tudo o que lhe fosse exterior. Resultado: todos os embaixadores para Lalibela foram assassinados; todos os embaixadores do Negus para Lisboa também. E mais: esteve em negociação, durante o reinado de D. Manuel I, o casamento de filhos do Rei de Portugal com filhas do Negus da Abissínia e o casamento de filhos do Negus com filhas do Rei português. A casa reinante portuguesa e a casa imperial abexim, a mais antiga casa reinante cristã em todo o Mundo, queriam interligar-se.

Qual não seria a importância!

Nesta altura, temos a tal situação de Afonso de Albuquerque, que planeava desviar o Nilo, tendo como consequência a morte de Alexandria e do baixo Egipto. Todo o poder islâmico cairia por terra. Bastava a Afonso de Al-

buquerque cumprir o seu intento. Mas, Afonso de Albuquerque fez o plano de tomar Jerusalém, Meca e Medina. O Negus da Abissínia oferece três mil cavalos. E Afonso de Albuquerque arranja três mil voluntários portugueses para o fazer e fala ao Rei, que cai no erro de pedir autorização ao Papa. O Papa diz imediatamente que não. O Papa é ligado a Veneza e Veneza morre se Portugal continua a crescer. Depois disto, Afonso de Albuquerque almoça com um arcebispo a bordo da sua nau, nas proximidades de Goa, e Afonso de Albuquerque morre. O Negus da Abissínia recebe um bispo da Arménia. Depois do almoço, morre. D. Manuel, narra a história, sofre com a peste que surge em Lisboa. Morreram perto de 100 pessoas. E sua majestade foi a primeira. Mas que "raio de peste" é esta? D. Manuel foi assassinado, Afonso de Albuquerque foi assassinado, o Negus da Abissínia foi assassinado! Está a ver as forças contra as quais se luta?

Com Roma.

E o que é que acontece aos filhos de D. João III? Ele teve nove filhos. E morreram de mortes estranhas. O último a morrer foi o pai de D. Sebastião, que morreu antes do nascimento do próprio filho. E depois disto o que é que acontece? Não nos contam. Nós tínhamos três Ordens Religiosas Militares: a Ordem de Cristo, que não é nada mais do que a secção lusitana da Ordem do Templo; a Ordem de Avis, e a Ordem de Santiago. Ordens diferentes, mas com cariz semelhante. No reinado de D. João III, desaparecem todas. Todas elas foram transformadas em Ordens monásticas. Qualquer cavaleiro destas Ordens que estivesse em Portugal tinha que entrar num mosteiro e não podia, até ao fim da sua vida, sair dele. O que é que aconteceu aos cavaleiros da Ordem de Cristo que estavam fora de Portugal? Chegam aos Açores e têm conhecimento de que têm de entrar num convento até ao fim das suas vidas. Não regressam.

Para onde foram?

Pense. Já está ver quem deu ordem para matar Portugal?

Roma.

Sabe o que lhe poderá acontecer se escrever isso?

Não há problema. Sou somente o entrevistador. Unicamente lhe fiz algumas perguntas. Será esta a minha desculpa...

(Risos...) Mas o problema não pode ser simplificado com o problema Roma, pois o poder está relacionado intimamente com o poder financeiro estabelecido. E quem estava por detrás do poder financeiro? E do resto do Mundo? Não lhe falei há pouco de um Anacleto II? Quem o financiou?

Um banqueiro judeu... E o mesmo intuito continua?

Em pleno... Em pleno.

Certos de que Roma, ou aquilo que ela significa, conseguiu destruir as pretensões de D. Manuel I na sua relação com a Abissínia, podemos supor, todavia, a concretização de alguns objectivos. Não terá sido acaso a montagem de uma tipografia na terra do Negus. Ter-se-ão impressos textos que na Europa não existiam? Qual era a intenção de Portugal em tudo isto?

Antes de mais, temos de definir quais são as razões

para a existência de Portugal. A primeira razão de Portugal é aquela que eu já havia dito, a que foi criada pelo monge cisterciense São Bernardo: libertar o território português do poderio muçulmano, para permitir que as armadas dos cruzados passassem em frente à costa portuguesa e entrassem pacificamente dentro do Mediterrâneo, pois, uma vez no Mediterrâneo, mesmo que a costa espanhola estivesse em mãos muçulmanas, ninguém perceberia a passagem de uma esquadra. A segunda razão da existência de Portugal tem a ver com a esfera armilar sobreposta à cruz da Ordem de Cristo. E o que é isto? Levar o cristianismo a todo o globo terrestre. Quase todos os Reis portugueses cumpriram isto. D. Manuel I também cumpriu, à sua maneira. D. João III também cumpriu. A diferença é que D. Manuel I teve uma concepção do cristianismo que não era necessariamente a então politicamente correcta. D. João III submeteu-se totalmente ao Papa, erro derivado do facto de D. Manuel I ter casado com a noiva do filho. Outro erro de D. Manuel está relacionado com o facto de ter escrito uma carta ao Papa chamando-lhe à atenção de que era necessário pôr ordem na sua casa, pois estava a causar grande escândalo em toda a Cristandade... Os problemas de César, da Lucrécia Bórgia; além do mais, os Papas estavam todos, então, a morrer de sífilis. A situação ética e moral do papado foi uma das razões para Martinho Lutero se ter desligado de Roma, causando diversas guerras religiosas. D. Manuel I auto-proclamava-se cristão em primeiro lugar...

Católico em segundo.

Isso mesmo. Por exemplo: quando se fala em Reis católicos, fala-se dos Reis espanhóis. Os Reis de Portugal não têm o título de Reis católicos. Mas sabe qual é o título do Rei D. Manuel? O Cristianíssimo — o mais cristão entre os cristãos! O seu filho, pelo contrário, submete-se totalmente ao papado, tendo como consequência a introdução da In-

quisição em Portugal e a anulação das três Ordens Religiosas Militares.

As três? A de Avis, a de Santiago e a de Cristo? Julgava que tinha sido somente esta última.

Todas. Como morreram a de Avis e a de Santiago? Nunca nos dizem. É a forma de mentir por omissão. D. Sebastião pede ao Papa para reintroduzir no Reino de Portugal a Ordem de Cristo. O Papa diz que não. D. Sebastião sente que somente falta Portugal morrer. Então, vai para Marrocos, em pleno mês de Agosto.

Puro suicídio para cavaleiros que combatem dentro de pesadas e calorentas armaduras. E o que vê nessa decisão aparentemente incompreensível?

Era a única saída airosa. D. Sebastião é tido como tendo sido um parvo, um mau Rei, é tido como tendo sido homossexual, sifilítico, como não conseguindo ter erecções, como tendo um braço mais curto do que o outro. Tudo mentira. Vejo nele uma necessidade de auto-afirmação. Quando aparecia um touro, parava a comitiva toda e ele tinha que tourear o touro. Quando havia um peso para levantar, D. Sebastião tinha que levantá-lo. Quando havia uma corrida, D. Sebastião tinha que ganhar a corrida. D. Sebastião fez constantemente demonstrações públicas da sua valentia e da sua coragem. Ele teve uma autêntica sede em comprovar que era o melhor dos melhores. Ao mesmo tempo, com o falecimento do pai e a ausência da mãe, D. Sebastião foi educado por dois padres jesuítas, que o educaram no fanatismo católico. Mas este fanatismo católico em D. Sebastião rebentou pela culatra, pois, quando o seu tio, o cardeal D. Henrique, inquisidor-mor do Reino, resolve tomar as rédeas a D. Sebastião, só o consegue até determinada altura.

Acontece algo mas que eu ainda não consegui descobrir o quê. Mas, de um dia para o outro, proíbe o cardeal de entrar no paço; proíbe o cardeal de entrar em Lisboa; mais: proíbe a qualquer um dos seus vassalos de receber qualquer mensagem dele! D. Sebastião erradicou o cardeal da sua vida. Foi algo de muito profundo o que aconteceu. Talvez seja algo relacionado com o assassinato de Damião de Góis. Não sei.

O ESPÍRITO DE PORTUGAL HOJE

Entrando na modernidade, pergunto-lhe: como é o espírito de Portugal nos tempos modernos?

Classifico-o em três capítulos distintos. Um é a grande ausência de espírito. Outro é a grande intrujice de um espírito que não é o nosso, que nos coloca na situação de um mendigo ajoelhado e de mão estendida em direcção aos Pirinéus, esperando que os nossos irmãos europeus se lembrem da nossa miséria e nos mandem algumas côdeas; este é o espírito que existe sobretudo nos nossos políticos, em quase todos. Talvez haja alguma excepção. E existe um terceiro espírito de Portugal. Este terceiro espírito de Portugal está há anos num estado de hibernação. Esse estado de hibernação, por vezes, surge de repente, sempre como resposta e nunca como iniciativa. É da gente humilde; esse estado surge, por exemplo, quando um homem desconhecido, chamado Carlos Lopes, de repente ganha a maratona nas Olimpíadas e a bandeira portuguesa sobe. O orgulho de Portugal rebentou de um dia para o outro. Quando num simples campeonato de futebol, Portugal não só mostra capacidade organizativa, como também mostra competição,

e as pessoas compram centenas e centenas de milhares de bandeiras nacionais e as penduram em tudo o que é sítio (indo ao ponto de cometerem as maiores ilegalidades relativamente à afixação da bandeira nacional, pois é preciso pedir uma autorização à Câmara para levantar uma bandeira). Há momentos onde de repente o espírito luso vem ao de cima.

Vejo o potencial do renascimento de Portugal. Por vezes, Portugal está no fundo do barril, quase morto, mas o espírito português mantém-se, como alma de um povo indomável. Mantém-se na curiosidade da nossa juventude, que tanto já ouviu falar mal de Salazar, que já não pega, que já ouviu falar tanto mal da nossa colonização, que já não acredita; de repente, quer saber e quer fazer as suas próprias análises e acha que ser português é identificar-se mais com Afonso de Albuquerque do que com algum político da nossa praça. Os conhecimentos que antigamente qualquer homem ou mulher com a quarta classe tinham acerca da História de Portugal, não os têm hoje os meninos e meninas do quinto ano. Mas está a crescer uma juventude com maior curiosidade em saber. A capacidade de resposta dos nossos professores actuais também é inexistente, porque eles nasceram no meio dessa noite negra, pela qual Portugal está a passar. Portanto, a curiosidade dessa juventude está a resultar em novas investidas, em novas publicações, em novos acessos ao conhecimento, e está a crescer uma indomável vontade de se identificar algo que sentem dentro do subconsciente e que não sabem ainda definir bem. Aqui reside o futuro de Portugal. Para mim e para aqueles que sabem ler as entrelinhas de Fernando Pessoa, de Luís de Camões, a terceira razão da existência de Portugal é guiar os sobreviventes da grande catástrofe...

E qual é a grande catástrofe?

Se falarmos acerca disso dentro de não muito tempo, todos saberemos qual é...

Continuando com Portugal dentro da modernidade, como vê o nosso país dentro da União Europeia?

A União Europeia foi um dos maiores barretes que nos enfiaram. Em primeiro lugar, porque não é nenhuma união, em segundo, porque não é europeia essa união. Como pode haver uma união quando há europeus de primeira, segunda e terceira categorias? Como pode ser europeia se a locomotiva deste comboio europeu que todos usamos é a República Federal Alemã, que ainda é considerado um Estado beligerante pela própria carta das Nações Unidas, porque a Alemanha não tem tratado de paz, ela continua a ser subjugada por tratados secretos do Estado americano e do Estado de Israel? A União Europeia não é união e nem é europeia.

Portugal sempre fez parte da Europa. Nunca tal negou. Mas sempre fez parte de uma Europa de pátrias, de nações e de povos. Portugal foi o primeiro embaixador desta Europa a nível mundial. Portugal, quando surge na América, representa a Europa aí. Quando Portugal aparece no Japão, representa a Europa aí. Hoje fala-se muito na globalização. Mas esta globalização, hoje, é imposição do monopólio de uma escravatura. Portugal fez a sua globalização nos séculos XV e XVI. Portugal foi a primeira aldeia global, aldeia baseada na tolerância, na mútua aceitação e nunca na imposição, não falo da imposição pela Fé nem pela força das armas, mas na aceitação de multi-culturas, de povos. Portugal é o único país no Mundo que pode dar uma grande lição de como se pode viver de uma forma harmoniosa em convivência com outros povos e outras civilizações. Não há

hipótese nenhuma numa democratização do planeta quando tudo nos leva para um cemitério global. Portugal fará sempre parte de uma futura Europa onde os representantes dos diferentes povos europeus se sentem à mesa como os mesmos direitos e deveres. Mas Portugal, dentro de uma associação onde há membros de primeira, segunda e terceira categorias, onde a própria associação está ser guiada por banditismo, tem um grande barrete a tapar-lhe os olhos.

Ia perguntar-lhe se Portugal tinha salvação. Mas reformulo a questão: Portugal será a salvação do Mundo?

Quando Portugal mostrar coragem e sair da União Europeia, desmascará-la-á e a União Europeia desmoronar-se-á totalmente. É preciso um dizer: «O Rei vai nu!»

O SONHO PORTUGUÊS

E qual é o fim do sonho Português, se é que há um sonho português?

O sonho português é o sonho individual de cada um. Quando o sonho individual de cada um é paralelo às vontades de milhões, então, pode chamar-se "sonho português". Portugal não tem um sonho português. Portugal tem uma vontade e uma capacidade de cumprir as suas três razões de existência. Uma vez cumpridas as três razões de existência, permitirá a cada português assumir plenamente a liderança do seu próprio destino. Isto não significa o fim de Portugal. Isto significa simplesmente que Portugal, com todo o seu passado e a sua capacidade de convivência em

tolerância, guiará os sobreviventes da referida grande catástrofe, pois Portugal, nessa altura, estará no caminho benéfico para toda a humanidade.

Poder-se-á concluir que ser português é ser universal?

Para se compreender totalmente essa afirmação, ter-se-ia de explicar o que se entende com ser universal. Mas ter-se-ia que explicar, em primeiro lugar, o que é ser português. Será português alguém de um qualquer bairro que nasceu por acaso aqui, mas que não se identifica com esse país? Ou português será aquele sapateiro que uma vez encontrei em Goa? Ele levantou-se do chão e gritou com toda a força dos seus pulmões, depois de três décadas de inclusão na União da Índia: «Eu sou português!» Quem é mais português? O sapateiro goês que grita «Eu sou português» ou o eurodeputado luso em Bruxelas com um grande ordenado e que usa um *sticker* no seu pára-choques a dizer «Europa primeiro»? Quem é mais português? Há muitos portugueses de passaporte que não o são. E há muitos portugueses que não têm passaporte, mas que o são verdadeiramente. Para mim, é português quem se identifica com a alma portuguesa. Podemos encontrá-los em qualquer parte do Mundo. Segundo este ponto de vista, a possibilidade de ser português é uma possibilidade que não vem através do sangue, que não vem através do local de nascimento, mas que vem através de uma paixão profunda em se identificar com a alma lusa.

Esta pode hibernar na selva africana e emergir nos rios Amazonas, em Mandovi ou no rio das Pérolas. A lusa gente é imprevisível. Não é o que diz o passaporte que conta, mas o que a alma dita. Esta é imortal e renascerá quando a resposta à prepotência e ao mal imposto a levar à táctica do velho "desenrasca", na qual o português é um mestre

ímpar.

Não é a lógica nem o raciocínio que movem a alma lusa (muito menos o materialismo, a vontade de mandar ou de enriquecer). É novamente a auto-defesa de uma identidade que só o luso entende. E este encontra a sua razão de existência na pacífica convivência entre os povos de boa vontade, independentemente das suas religiões, localizações geográficas ou ascendências.

Belas, Equinócio da Primavera de 2005.

Livro Segundo

A Missão Templária nos Descobrimentos

CONFERÊNCIA AUDIOVISUAL

ENTRADA LIVRE

A MISSÃO DOS TEMPLÁRIOS

LUZ SOBRE OS DESCOBRIMENTOS

Rainer Daehnhardt

TERÇA, 16 DE ABRIL ÀS 18.30 H

NO AUDITÓRIO 3 DA FUNDAÇÃO C. GULBENKIAN

Cartaz da conferência de Rainer Daehnhardt inicialmente prevista para o Auditório 3 e que, à última hora, pelo número de pessoas ter excedido a capacidade deste, teve lugar no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian em 16 de Abril de 1991.

INVESTIGADOR PROVA TESE DE TRADIÇÃO ESOTÉRICA

«HISTÓRIA DE PORTUGAL OBEDECE A PLANO DA ORDEM TEMPLÁRIA»

Artigo publicado no jornal "A Capital" do dia 17 de Abril de 1991, referente à conferência proferida pelo autor desta obra sob o título: "A Missão dos Templários – Luz sobre os Descobrimentos".

A história de Portugal não é obra do acaso, mas obedece a um plano templário desde a fundação da nacionalidade esta a tese que o investigador Rainer Daehnhardt alemão há muito tempo naturalizado português, defendeu ontem em Lisboa, no anfiteatro 2 da Fundação Gulbenkian, em conferência promovida pela Nova Acrópole e que durou mais de duas horas, sendo projectados cerca de 350 «slides»

Rainer, que em Portugal se tornou mais conhecido do grande público por ser o proprietário da maior colecção de armas antigas do mundo, poderá vir a ser também o detentor da mais completa colecção de «slides» que ilustram, e até certo ponto demonstram, a tese hoje cara a muita gente aquela que atribui raízes esotéricas à história de Portugal Para Rainer, essa tradição é uma evidência e – segundo afirmou – baldados foram os esforços de uma instituição como a Igreja Católica para fazer desaparecer vestígios comprovativos da grande tradição herdada do cristianismo copta, via Ordem dos Templários.

Um dos exemplos mais notórios dessa ocultação está no esforço desenvolvido pelos católicos de contrariar a ideia da reencarnação, advogada pelo cristianismo primitivo, transmitido através dos templários, que eram «cavaleiros iniciados» Como acentuou o orador, «nas igrejas do princípio do segundo milénio, já se tinha extinto a divulgação da existência tripartida o corpo, a alma e o espírito passaram a ser dois só O corpo era controlado pela hierarquia estatal e a alma pela eclesiástica, desde o nascimento até à morte»

Missão de iniciados

Não contente com esta crítica à hierarquia dominante, que abafou o fio esotérico da tradição templária, o conferencista adiantou «Na idade Média pregava-se o medo da morte e do purgatório Consciencializaram-se as massas de que tinham que se portar conforme a conveniência das hierarquias estatais e eclesiásticas» Daí que, conforme sublinhou, «qualquer divulgação da hipótese de reencarnação era interdita, porque diminuía o medo da morte»

Por toda a parte, o arqueólogo e investigador encontra vestígios e documentos que comprovam a presença do culto cristão copta que, em muitos casos, se combina com o simbolismo herdado dos cultos celtas e, também, o culto egípcio de Ísis Por toda a parte, a rosa e a cruz são os símbolos perenes e permanentes, falando do nascimento e da morte

Sobre a biblioteca de Alexandria, destruída por um incêndio, recaem algumas das pesquisas realizadas por este investigador, que põe a hipótese de terem vindo de lá muitos dos portulanos e mapas que chegariam até aos cavaleiros de quinhentos, aqueles que empreenderam a aventura dos descobrimentos marítimos: de Alexandria e também de Jerusalém – um dos centros científicos mais importantes do Médio Oriente – teriam vindo, para as mãos dos portugueses, incluindo o Infante D Henrique, todos os documentos necessários à gesta das navegações no mar alto

Comprovada está também, segundo o orador, a transferência de bens e de homens que D Dinis efectuou da Ordem dos Templários, extinta por ordem do Papa, para a Ordem de Cristo, que teria também recebido os valores de ordem espiritual que aquela albergava. Claramente, ele proclama: «A orientação da Ordem de Cristo, que supervisava toda a expansão marítima, imprimiu uma vontade férrea à actuação portuguesa liderada por cavaleiros iniciados, vivos exemplos de uma interpretação da fé bem diferente a da missão que lhes estava destinada.»

«É assim que – esclareceu ainda o historiador – temos de considerar grande parte dos navegadores portugueses como meio-cientistas e meio-comerciantes»

A figura do Infante

Sobre a controversa figura do Infante D Henrique, quando pedia que lhe trouxessem «notícias do Preste João», as explicações de Rainer Dachnhardt são mais do que verosímeis, são verdadeiramente convincentes, quando lembra que as palavras «Preste João» são a chave para a demanda do lendário reino cristão em África «A figura lendária do Preste João, personificada num soberano poderoso e cristão, reinando entre terras de infiéis e com quem as monarquias ocidentais ambicionavam aliar-se para combater a invasão islâmica durante a idade M

édia, baseava-se numa realidade histórica bem concreta» Para o conferencista, o Reino do Preste João é a Abissínia, onde permaneciam ainda fortes as raízes do cristianismo copta e que, portanto, interessavam fundamentalmente aos cavaleiros de Cristo, dispostos a cumprir a missão de Portugal que lhes fora legada pela anterior ordem templária.

Em uma das várias alusões que fez aos Açores, pátria privilegiada dos cultos transmitidos pelos templários, para os quais «a morte era de feito mais bela que a vida comprada com a cobardia», Rainer declarou: «É precisamente este o sentido da divisa hoje utilizada pelos açorianos, que a inscreveram no seu brasão, citando a célebre frase de Ciprião de Figueiredo que se negou a entregar os Açores ao poder espanhol, preferindo morrer a favor de D. António Prior do Crato, o último monarca da ímpar dinastia de Avis: "Mais vale morrer livres do que em paz sujeitos"»

E a pergunta surge com alguma pertinência: «Será simples coincidência de convicção ou serão mesmo os Açores um dos últimos refúgios da mente templária?»

Foi assim, de desafio em desafio, que o investigador escudou uma das suas mais polémicas conclusões «Portugal é um país templário e, como tal, cumpriu a primeira das suas razões de existência que foi permitir a fácil passagem das armadas cristãs em direcção ao Mediterrâneo»

Citando Fernando Pessoa, que várias vezes apareceu no seu discurso, disse que «falta ainda cumprir Portugal» É seguro que a laboriosa conferência de Rainer Dachnhardt foi mais um contributo importante para que essa missão esotérica de Portugal se cumpra. Pelo menos é no que acreditam quantos ontem enchiam quase por completo o anfiteatro 2 da Gulbenkian, depois de uma mudança de última hora do anfiteatro 3, impossível de conter o público atento, interessado e curioso que ali acorreu

Numa situação dramática, global, não existe nenhum povo mais bem preparado do que o povo português para encontrar soluções para a convivência pacífica de homens de raças, cores, credos e origens diferentes.

O povo português é o povo mais bem preparado para uma pureza filosófica de convivência em comum e para uma espiritualidade sã, desligada de hierarquias religiosas, onde o entendimento seja de irmão para irmão, numa irmandade comum, em que se possa construir um mundo de grande beleza e de grande profundidade de sabedoria. O espírito de amor e de universalismo que animou os Descobrimentos Portugueses será de grande utilidade para a humanidade do futuro.

RAINER DAEHNHARDT

Moedas cunhadas pelos Cruzados na Palestina nos séculos XII e XIII

Moeda de prata que, no seu centro, mostra a cruz templária com legenda em árabe, mas com texto cristão.

Moeda de ouro onde se consegue ler: "Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amén". Também possui legenda em árabe com texto cristão.

INTRODUÇÃO

Esta temática necessita de uma pequena nota introdutória.

Vivemos numa época de excessiva especialização. Assim, é vulgar encontrarmos peritos com conhecimentos profundos numa matéria, mas com espantosa ausência de sabedoria sobre outros assuntos. Por vezes passam assim despercebidos acessos às mais profundas conclusões, só porque ninguém se lembrou de fazer estudos comparativos.

Muitas vezes é o factor *tempo* que nos dificulta o caminho. Estamos tão habituados a imaginar o tempo como uma linha recta, que se torna difícil pensar que possam ter havido ligações entre factos ocorridos em épocas distantes umas das outras. Comparando, porém, as acções, os comportamentos e até os símbolos utilizados por personagens-chave da evolução da humanidade, rapidamente nos apercebemos de que houve algo que os ligou, como se de

diferentes membros de uma equipa se tratassem. Os jogadores parecem mudar, mas não o alvo nem a força de convicção.

Para podermos aproximar-nos mais da verdade histórica, torna-se indispensável compreendermos os motivos que regeram as vontades dos nossos antepassados, bem como as dos seus opositores.

Não há dúvida de que a História é sempre escrita pelo vencedor e, obviamente, na versão para ele mais conveniente. Se não nos consciencializarmos disso, nunca nos aperceberemos do facto de que a realidade histórica não é bem aquilo que nos é apresentado. A desculpa do grande distanciamento no tempo, que de certa forma impossibilita averiguações mais profundas, permitiu que se estabelecessem interpretações da História intocáveis, porque do conhecimento geral, embora as mesmas levantassem dúvidas ao observador atento.

As interpretações aqui apresentadas são o resultado de décadas de estudo, com viagens à África, ao Médio Oriente, na busca de provas e razões e na descoberta de novas pistas que, na sua perseguição, deram acesso a novas conclusões bem diferentes das geralmente divulgadas.

Não se pede a ninguém *para se afastar das suas próprias* convicções sobre estas matérias, nem se pretende sequer apresentar este trabalho como uma teoria nova ou melhor fundamentada do que as habituais.

O que realmente se pretende é abrir algumas janelas de acesso a uma vista diferente sobre a nossa História, para que outros possam compartilhar a beleza do achado destes conhecimentos, compará-los com os seus e chegar individualmente às suas conclusões pessoais.

Para possibilitar a compreensão dos elementos aqui apresentados temos, no entanto, de nos libertar da visão

limitada do afastamento das diferentes épocas pelo factor tempo.

Se compreendermos o que já Einstein verificou — que o tempo não é uma linha recta — facilmente mergulharemos numa dimensão que nos permitirá o acesso rápido a qualquer data e a hipótese de comparação entre os personagens e as suas acções, das quais habitualmente teríamos de nos distanciar de tal modo, tanto pelo tempo como pelo espaço, que não nos atreveríamos sequer a reconhecer as coincidências.

Termino esta pequena introdução com o desejo de que me acompanhem num caminho que percorri e que me deu tanta alegria e força de convicção, de tal forma que nunca me arrependi de ter aceite Portugal como minha Pátria Adoptiva.

A Cruz Templária.

Os Templários na Formação e Expansão de Portugal

Este título duplo só por si transporta-nos simultaneamente para épocas diferentes. Se aceitarmos a existência da Ordem do Templo exclusivamente pelas datas que nos são oferecidas pelos dicionários, ou seja, desde o início do século XII até ao início do século XIV e se compararmos este período com aquele que oficialmente se reconhece como dos Descobrimentos, que começa apenas um século depois, estamos perante um intervalo de gerações.

Foi este intervalo de tempo que impediu que muitos pesquisadores da História estabelecessem comparações, dado que, à primeira vista, mesmo encontrando certos paralelismos ou parecenças, estes apenas são considerados simples coincidências e, como tal, sem interesse de estudo.

Para aqueles que se especializaram num determinado período, este facto passa despercebido. Todavia, quem se

interesse não só por uma época específica, mas pela História em geral e, muito particularmente, pela que foi escrita neste pequeno rectângulo à beira da Europa, em todas as épocas (incluindo as longas caminhadas que cobriram o planeta em todas as direcções, como raios saídos de uma *Luz-Citânia*), acaba por encontrar tantas coincidências que se atreve a concluir que houve uma orientação genérica.

Pode-se interpretar este fenómeno como uma espécie de consciência colectiva introduzida por homens iniciados que, geração após geração, assumiam a liderança de um processo começado pelas suas raízes mais ancestrais, para que um povo pudesse cumprir a sua razão de existência.

A História escrita por um povo é uma aglomeração de factos consumados, criados por milhões de vontades individuais que, conscientes disso ou não, agiram em conformidade.

Neste contexto, cabe sem dúvida um papel de relevo aos Templários. Oficialmente, trata-se de uma Ordem Religiosa Militar, instituída em Jerusalém no ano de 1118, perto do lugar onde estivera o Templo de Salomão, o grande sábio ancestral dos monarcas hebreus.

Os primeiros anos após a tomada de Jerusalém pelos cavaleiros cristãos constituíram uma incerteza relativamente à sua posse. Isto explica a formação de Ordens Religiosas Militares para a defesa desta conquista, tão importante para a cristandade de então e para a protecção dos seus peregrinos. O grupo inicial era pouco numeroso e só ganhou um certo peso quando, em 1127, o Rei cristão de Jerusalém, Balduíno II, pouco antes liberto do cativeiro muçulmano, resolveu escrever ao *Abade de Claraval*, o cisterciense *São Bernardo*, para que este redigisse a regra desta Ordem.

Chamaram-se primeiro *Pobres Cavaleiros de Cristo* e depois *Cavaleiros do Templo*. Em Janeiro do ano seguinte, no

Concílio de Troyes, com a presença de São Bernardo e de vários dos fundadores da Ordem do Templo, recebeu esta milícia, a pedido do Papa *Honório II* e do Patriarca de Jerusalém, o hábito branco e a regra.

A introdução da Ordem na Península Ibérica foi quase de imediato. Duas circunstâncias favoreceram o seu forte estabelecimento em terras mais tarde portuguesas; as investidas aos mouros da Península, pelas sucessivas campanhas da reconquista cristã (uma repetição no Ocidente do que então se passava no Próximo Oriente) e a proximidade geográfica em relação aos grandes centros que então enviavam os seus guerreiros para libertar o Santo Sepulcro.

O grande génio político do século XII foi, sem dúvida, São Bernardo. O surgimento de uma Europa Cristã, como ainda hoje de certa forma se apresenta, deve-se em primeiro lugar a este pensador que tomou nas mãos as rédeas para libertar estas terras do perigo do Islão.

No século VII surgiu Maomé, mais um dos tantos profetas saídos do Próximo Oriente. Seguindo a linha religiosa tradicional do Deus único (já propagandeada pelos hebreus e seus descendentes, os cristãos), acabou por expulsar cultos pagãos ainda enraizados, limpando o seu mundo com a arma na mão e assumindo-se como profeta de Alá. A sua Hégira de Meca a Medina, no ano 622 da era cristã, tornou-se um marco de mudança. A adesão em massa causada pelas interpretações do seu livro sagrado — o *Alcorão* — acabou por varrer não só o Médio Oriente, como também a costa norte-africana, chegando até aos países nórdicos, através da Península Ibérica, invadida em 711.

O perigo da queda do cristianismo estava iminente. A invasão muçulmana conseguiu ser detida nas batalhas de Tours e Poitiers, mas receava-se que um ataque efectuado pelos árabes aos países cristãos, simultaneamente pelo Ocidente e pelo Oriente, acabasse por submeter toda a cristan-

dade.

São Bernardo resolveu, então, atacar o Islão ao mesmo tempo em três frentes. Criou a *Ordem Teutónica* em 1143 (então chamada: *Ordo Sanctae Mariae Teutonicarum*) para que esta expandisse o cristianismo em direcção ao Oriente, formando uma verdadeira barreira contra todos os perigos oriundos da Ásia e do Próximo Oriente.

Ajudou na criação da *Ordem do Templo*, para que esta libertasse a zona costeira da Península Ibérica dos árabes que atacavam as embarcações dos peregrinos que por aí passavam para poderem entrar no Mediterrâneo. E apelou ao mesmo tempo para uma Grande Cruzada que libertasse o Santo Sepulcro em Jerusalém.

Com a criação das duas Ordens Religiosas Militares acabou por atacar os muçulmanos nos seus flancos mais avançados que, uma vez unidos, teriam mesmo acabado com o mundo cristão.

Nesta tarefa criaram-se países novos: Portugal a Ocidente e os países bálticos e a Prússia a Oriente.

A verdadeira razão da escolha de Jerusalém não foi a da libertação do Santo Sepulcro: um século após Cristo, já ninguém sabia qual a sua localização. Inventara-se um local que se mostrava aos peregrinos e do qual ninguém ousava duvidar. O que levou São Bernardo a apelar à Grande Cruzada, foi a sua vontade de atacar o Islão bem no seu coração, para que ele, em aflição, e em defesa dos seus próprios lugares sagrados, tivesse que recolher as suas forças militares que invadiam os países cristãos. Tais lugares eram e são, em sequência de importância: *Meca, Medina* e *Jerusalém*. Meca e Medina situam-se no interior da Península Arábica, com acesso marítimo mais próximo do Mar Vermelho, o que obrigava a circum-navegar o continente africano, uma tarefa então ainda por descobrir. Outra forma

de chegar ao Mar Vermelho era atravessando o Sinai, mas isso retiraria qualquer valor ao elemento estratégico da surpresa. Tornou-se assim óbvio que o alvo escolhido por São Bernardo fosse a cidade de Jerusalém, que por ficar perto do Mediterrâneo era de fácil acesso e possibilitava um ataque inesperado. Essa escolha, por outro lado, despertaria muito mais fervor e aceitação lógica no meio cristão, pois seria uma glória dar a vida por tal causa.

Vimos assim que o aparecimento da Nação Portuguesa não se deve exclusivamente à vontade do filho do Conde D. Henrique, o Borgonhês, que se meteu na conquista destas terras, declarando-as como suas em pleno acto de rebeldia contra o Reino de Leão, ao qual então ainda devia vassalagem.

O esforço de D. Afonso Henriques e a sua conquista de Lisboa (a sétima conquista cristã desta cidade) bem podiam ter sido em vão ou terem passado relativamente despercebidos na História, se não tivesse havido, simultaneamente, o projecto de São Bernardo, que viu com bom grado o nascimento de Portugal, a primeira Nação Nova da Europa por ele sonhada e séculos depois concretizada. Este doutor de Cister até para cá se deslocou, dando conselhos ao jovem Rei e instalando a sua Ordem em todo o país.

Sabemos da vinda dos Templários às terras da antiga Lusitânia já em 1126, recebendo em doação os terrenos da Fonte Arcada, por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, sendo seu Mestre *Guilherme Ricardo*. D. Teresa também lhes doara o castelo de Soure como primeiro fasto da Ordem. A investida mourisca contra este posto avançado dos cristãos de Coimbra, no ano de 1144, foi o grande baptismo de guerra dos cavaleiros templários que então já haviam transformado esta velha ruína numa fortaleza. Dizia-se que na convicção templária: *"A morte era, de feito, mais bela que a vida comprada com a cobardia"*.

É precisamente este o sentido da divisa ainda hoje utilizada pelos açorianos, que a inscreveram no seu brasão, citando a célebre frase de Ciprião de Figueiredo, que se negou a entregar os Açores ao poder espanhol, preferindo morrer a favor de D. António Prior do Grato, o último monarca da ímpar Dinastia de Aviz: «*Mais vale morrer livres do que em paz sujeitos*». Será simples coincidência de convicção, ou serão mesmo os Açores um dos últimos refúgios da mente templária?

Estes cavaleiros nórdicos e os seus aderentes lusos ajudaram de tal forma nas conquistas de Lisboa, de Santarém, de Silves e de tantas outras terras, que não é exagero afirmar-se que Portugal foi, em parte substancial, formado com a ajuda desta nobre Ordem Religiosa Militar e dos outros cavaleiros nórdicos. O único estrangeiro ainda hoje venerado da tomada de Lisboa foi o cavaleiro Henrique de Bona. Camões fala-nos dele e dos milagres da palmeira plantada na sua campa. A bula papal que estabelece a construção da Igreja de São Vicente de Fora, menciona que a mesma será erigida em cima dos corpos dos cavaleiros germânicos caídos na conquista da cidade. Até à tomada de Lisboa pelo Duque de Alba, em 1580, manteve-se o costume de que as paradas militares lisboetas fossem lideradas pela guarnição do Castelo de São Jorge, guarnição essa composta por elementos germânicos ou seus descendentes, em honra de tantos dos seus que tombaram para que se libertasse Lisboa dos mouros.

Portugal é um país templário e, como tal, cumpriu a primeira das suas razões de existência, que foi permitir a fácil passagem das armadas cristãs em direcção ao Mediterrâneo.

Mas o que tem isso a ver com a época dos Descobrimentos?

Para aprofundarmos esta questão temos primeiro de

saber quem é que esteve por detrás dos Descobrimentos Portugueses. Todos os grandes especialistas da História da navegação em era cristã estão de acordo em que se deve internacionalmente imenso aos navegadores que saíram dos portos portugueses. A grande maioria das outras nações bebeu dos conhecimentos obtidos pelos navegadores portugueses e com eles aprendeu a arte de navegar no mar alto. Quanto mais se estudam os heróicos navegadores de outras origens, mais se confirma a origem portuguesa de grande parte dos seus conhecimentos.

E quem é que estava por detrás desta gigantesca tarefa universal?

Seria fácil de mais atribuir tudo ao génio do grande homem que, sem dúvida, foi o Infante D. Henrique. Mas mesmo ele é só um dos muitos cavaleiros numa longa corrente de iniciados. Coube-lhe um lugar de destaque, porque viveu numa época fértil em possibilidades, que ele soube avaliar e executar, deixando planos que ainda regeram as directrizes da navegação portuguesa séculos após o seu desaparecimento.

Muitas vezes podemos ler que o Infante D. Henrique foi Mestre da Ordem de Cristo, a quem deu muito dinheiro e que o aplicou na sua ideia de descobrir o Mundo. Essa versão, porém, não corresponde à realidade. Nem o Infante foi Mestre da Ordem nem a ideia foi dele. Ele governava as finanças da Ordem, facto que lhe deu um lugar de grande destaque e uma certa possibilidade monetária. Todavia, esta nunca chegou para solucionar as pesadas tarefas que faltavam cumprir. O Infante utilizou assim também os seus próprios meios, esforçando-se ilimitadamente na preparação do terreno para que Portugal semeasse e cumprisse a segunda razão da sua existência: a propagação da Fé cristã por todo o planeta.

Tal como as altas torres das catedrais góticas, esses

dedos gigantes de uma humanidade crente apontados em direcção ao céu, também a actuação deste filho do Mestre de Aviz se assemelhava a um grande dedo, atravessando o espaço e o tempo, para indicar um caminho à evolução de toda a humanidade.

Para os seres decadentes do nosso século, que tudo avaliam pela lógica da conveniência financeira, tendo substituído Deus pelo dólar, é de todo impossível compreender a mentalidade dos arquitectos templários que delinearam os planos para a construção das grandes catedrais góticas, que levaram mais de meio milénio para serem contempladas. Quem é que hoje se lembra de construir algo que possa ainda ter utilidade daqui a meio século? Tudo o que vemos ser construído à nossa volta faz parte da miopia geral da nossa geração. Cimento e betão armado não aguentam um século sequer. Os nossos netos terão de deitar abaixo tudo o que hoje se constrói. Do nosso século só sobrará o plástico.

Os arquitectos medievais, no entanto, planeavam em escalas longínquas. Ao iniciar as obras, sabiam perfeitamente que nem eles, nem os seus filhos ou netos, poderiam assistir à inauguração delas. Mas isto não os fazia parar. A cidade de Ulm iniciou a construção de uma catedral cuja torre tem cerca de duzentos metros de altura. Ora, na época não havia sequer um milhar e meio de habitantes em toda a cidade. Foram precisos setecentos anos para completar a obra, que ainda hoje se mantém intacta e pronta para durar outro tanto. Ao contrário disso, hoje já se deitam abaixo os primeiros arranha-céus construídos após a II Guerra Mundial.

A construção das catedrais góticas, bem como das fortalezas da mesma época, não previa o pagamento da mão-de-obra. Os habitantes ofereciam-se voluntariamente para executar esta tarefa.

A Ordem de Cristo encabeçava não só o pensamento

gótico da população, como também todas as três Ordens Religiosas Militares, no contexto da expansão marítima portuguesa.

Havia a *Ordem de Santiago*, fundada no Reino de Leão no século XII, e da qual se separou a comenda portuguesa, com sede no Convento de Santos, em Lisboa. Na reconquista de Mértola ofereceu-se esta fortaleza como primeira sede da Ordem portuguesa de Santiago, passando-a mais tarde para Palmela. Foi D. Dinis que, em 1290, conseguiu uma bula papal que separava reconhecidamente a parte portuguesa desta Ordem da castelhana/leonesa. Um dos seus mais destacados Grão-Mestres foi o Infante D. João, chamado o Príncipe Perfeito, mais tarde D. João II, Rei de Portugal. Vários dos grandes navegadores foram cavaleiros desta Ordem.

Havia ainda a *Ordem de Aviz*, fundada em 1147 por D. Afonso Henriques, com sede em Coimbra e mais tarde em Évora. Tendo tido ligações fortíssimas com a Ordem de Calatrava (castelhana), também se conseguiu desligar oficialmente da mesma por intervenção de D. Dinis. O seu principal Mestre foi D. João, fundador da Dinastia de Aviz, de longe a mais importante, que acabou por levar a sua cruz aos mais distantes confins do Mundo.

E havia a *Ordem de Cristo*. Esta nasceu como golpe político de grande inteligência, lançado por D. Dinis. A Ordem do Templo foi a que mais depressa cresceu entre todas as diferentes Ordens Religiosas Militares, surgidas para a defesa dos caminhos dos peregrinos à Terra Santa. Embora exigindo aos seus membros a renúncia aos bens materiais, permitia a utilização de dinheiro e de atitudes comerciais benéficas à própria Ordem, que assim acumulou bens e terras de dimensões invejadas por muitos.

Foram os Templários que estabeleceram uma vida financeira duma envergadura como nunca houvera. Em-

prestavam dinheiro sem juros, cobrando somente percentagens cambiais na conversão duma moeda para outra. Também emitiam notas de crédito, o que permitia que alguém fizesse um depósito algures num porto do Mar do Norte, viajasse despreocupadamente por não ter que defender a sua arquinha de ouro dos assaltos e pudesse levantar o seu dinheiro mediante a apresentação de um pergaminho, em qualquer porto mediterrânico ou instalação templária, que havia aos milhares.

A inveja do Rei de França, Filipe o Belo, aliada à fraqueza papal de Clemente V, então sob o controlo francês em Avignon, e com medo de ser assassinado como o seu antecessor, acabou por juntar os poderes do Estado com os da Igreja, contra os poderes do Espírito da Ordem do Templo.

Em 1307 foram presos todos os Templários franceses que se puderam encontrar. Muitos saíram pelo porto templário no noroeste francês, não se sabe para onde. O Papa ordenou também a extinção da secção lusitana da Ordem do Templo em 1311, mas esta imposição não foi bem aceite por D. Dinis, que ordenou o levantamento de um processo para se averiguar o grau de culpabilidade atribuível aos Templários na Península Ibérica. O processo teve lugar em Salamanca e todos os Templários portugueses saíram ilibados.

O Papa ordenou ao Rei de Portugal a entrega dos bens dos Templários a um representante seu. Porém D. Dinis recusou-se a esta entrega, explicando que todas as terras pertencentes aos Templários tinham sido oferecidas como morgadios do Rei com a obrigatoriedade da sua devolução e impossibilidade de venda ou entrega a outrem. Chegou-se, então, a um acordo no qual se estabelecia que D. Dinis entregaria estes bens a uma nova Ordem Religiosa Militar portuguesa, que se havia de criar para este efeito e à qual se daria o nome de Ordem de Cristo. Esta nasceu, assim, a

14 de Agosto de 1318, sendo reconfirmada pela bula papal de João XXII, a 14 de Março de 1319. O que D. Dinis não comunicou aos representantes papais, foi que havia englobado os antigos cavaleiros lusos da Ordem do Templo nesta nova Ordem de Cristo, oferecendo-lhes até a vila de Castro Marim. A Ordem de Cristo tornou-se assim a herdeira directa tanto dos bens como dos conhecimentos e das tarefas da antiga Ordem do Templo.

Foi tal o peso dessas três Ordens Militares portuguesas nos séculos seguintes, que nos atrevemos a afirmar que a evolução dos contactos entre muitas das civilizações deste planeta não teria sido possível, da forma harmoniosa como o foi, sem elas e sem a sua orientação filosófica.

Não foi por acaso que os grandes navegadores portugueses dos séculos XV e XVI eram membros destas Ordens e que as suas embarcações levavam a *cruz da Ordem de Cristo* nas suas velas. A expansão do mundo português não foi o resultado ocasional de aventureiros que se lançaram à procura e conquista de novas rotas marítimas para enriquecerem rapidamente e de qualquer maneira. Na História escrita por mãos portuguesas não houve a aniquilação sistemática de povos, religiões ou culturas, como a extinção dos Aztecas no México, dos Incas no Perú e dos Guanches nas Canárias, por exemplo. Com a Ordem de Cristo tudo foi diferente.

A expansão portuguesa não foi sempre pacífica, mas podemos ver como uma pequena nação pode escrever páginas significativas na evolução da humanidade, sem impor o extermínio de populações.

No século XVI, Portugal obteve a sua riqueza sobretudo no comércio das especiarias, onde se trocavam as mercadorias de um continente pelas de outro, reduzindo assim a longa lista dos intermediários e fazendo os chamados *"negócios da China"*.

Se o nascimento de Portugal se deveu em grande parte à ajuda da Ordem do Templo, mais tarde expandiu-se pela orientação e organização da Ordem de Cristo.

Houve assim o mesmo pensamento, que não só ajudou na construção de uma Europa Cristã, como na abertura das portas do Mundo nos séculos XV e XVI. Foram cavaleiros iniciados que navegaram por todos os mares e levantaram padrões com os *símbolos* da *cruz de Cristo*, da *cruz de Aviz* e da *cruz das Quinas*, circundada pelo escudo dos castelos.

O que a conquista do espaço representa para a nossa geração, representou a conquista dos mares para os nossos antepassados.

A Portugal coube um dos papéis de maior relevo, destacando-se entre muitas outras nações por uma conduta ética e moral que demonstrava, por parte dos seus governantes, o amplo conhecimento de que havia missões por cumprir.

Como nenhuma vitória vale mais do que o caminho através do qual ela é conseguida, notou-se uma preocupação em guiar gerações de navegadores portugueses por uma *rota limpa*. Casos houve, como a substituição e prisão por ordem régia de um português que resolveu saquear e queimar os templos no caminho de Malaca. Os seus feitos teriam recebido aplausos noutras nações, mas não na portuguesa. O saque nunca foi o conselho dado aos navegadores, mas sim o comércio ou a aliança militar.

Os portugueses quinhentistas foram uma espécie de reencarnação dos antigos fenícios. Equipados com bons navios, conhecimentos náuticos, muita coragem e mercadorias para trocar, fizeram-se ao mar na esperança de algum dia voltarem enriquecidos com conhecimentos e mercadorias raras, que depois poderiam vender a bom preço nos leilões que se efectuavam no Terreiro do Paço ou na Casa

da Índia.

Os capitães dos navios das outras nações expansionistas do século XVI diziam aos povos por eles visitados que eram portadores da Fé única e verdadeira, impondo o pagamento de tributos para a sua acção missionária. Quando esse pagamento não se efectuava com a rapidez ou nas quantidades desejadas, acabavam por confiscar todo o ouro ao seu alcance. Partiam os ídolos locais à martelada e derretiam-nos caso fossem em ouro. Arrancavam os colares, as pulseiras e os anéis, cortando dedos e cabeças, na fúria da busca do maldito metal, acabando por aniquilar civilizações inteiras e esquecendo-se totalmente do verdadeiro sentido do cristianismo. Tinham por missão o saque imediato e a transferência deste para as cortes dos seus Reis, onde as barras eram refundidas e cunhadas em moeda do Estado. A Fé era apenas uma desculpa para se receber a benção papal. O roubo indiscriminado e a submissão das populações, para lhes impor o pagamento de futuros tributos, foram as molas reais das suas acções. Existiram honradas excepções, mas o quadro geral tem de ser classificado como altamente negativo.

Também existiram excepções negativas entre os portugueses, mas a orientação da Ordem de Cristo, que supervisionava toda a expansão marítima, imprimiu uma vontade férrea à actuação portuguesa liderada por cavaleiros iniciados, vivos exemplos vivos de uma interpretação da Fé bem diferente e da missão que lhes estava destinada. Assim, temos de considerar grande parte dos navegadores portugueses como sendo meio-cientistas e meio-comerciantes, tal como outrora já os fenícios o tinham sido.

Preste João.

Em Demanda do Reino do Preste João

Curiosamente, usou-se em terras da antiga Lusitânia uma escrita hoje chamada de ibérica, com fortes influências e traços fenícios. Também se sabe que os Fenícios não só apareciam na costa lusitana, como até se estabeleceram nos seus portos, com feitorias armadas para servirem de como locais de para a troca de mercadorias, precisamente o que os navegadores portugueses mais tarde acabaram por fazer.

De onde vêm estas profundas convicções éticas que acompanharam os Lusitanos de todas as eras?

Que Fé é esta que leva homens a investir fortunas em planos cuja execução necessita de séculos?

Como figura central, que nos possa dar luz sobre estas questões, destaca-se um homem: o *Infante D. Henrique.*

Qual foi o recado que ele deu aos seus navegadores? «*Trazei-me notícias do Reino do Preste João!*»

Estas palavras são a chave para a demanda do lendário *Reino cristão em África*. Mas será possível que um homem ímpar como o Infante D. Henrique enviasse embarcações caras e homens altamente qualificados, para verificarem simplesmente a veracidade de uma velha lenda? Terá sido só curiosidade sua, ou será que esta pergunta conhecida por todos, mas incompreendida por muitos, não esconde a porta de acesso a uma razão tão forte como desconhecida, que nos oferece uma luz bem diferente sobre os motivos e a orientação dos nossos Descobrimentos?

A figura lendária do Preste João, personificada num soberano poderoso e cristão, reinando entre terras de infiéis e com quem as monarquias ocidentais ambicionavam aliar-se, para combater a invasão islâmica durante a Idade Média, baseava-se numa realidade histórica bem concreta.

Após o Concílio de Niceia, no ano de 325, e com mais força após o de Éfeso, deu-se a perseguição aos cristãos que não se queriam submeter à nova hierarquia eclesiástica instalada em Roma. Nomeadamente, os gnósticos, os arianos e os nestorianos viram-se perseguidos, massacrados ou expulsos do Império Romano, e este, na sua *Paz Romana* e tendo abraçado o cristianismo como religião (não só permitida, mas até oficial), acabou por negar o direito à existência de outras interpretações das mensagens deixadas pelos discípulos de Jesus.

As legiões romanas marchavam, já não na perseguição dos cristãos em geral, para lhes impor o reconhecimento do Imperador como divindade máxima de todo o Império, mas agora para perseguir os "maus cristãos", por ordem dos "bons cristãos". "Bons" eram os que se submetiam à nova hierarquia, "maus" os que se atreviam a possuir outra opinião.

Em três séculos de perseguições lançadas pelos imperadores romanos aos cristãos morreram algumas dezenas de milhar de seguidores da mensagem do Nazareno. No primeiro século da oficialização do cristianismo como religião do Império Romano morreram muitas centenas de milhar de cristãos por ordem de outros cristãos. A luta pelo poder total tinha-se apoderado da chefia em Roma. Incompreensão e injustiça reinaram por toda a parte e muitos tiveram de fugir para o deserto ou para regiões longínquas para poderem sobreviver na sua Fé.

Consta que um destes cristãos fugidos tenha conseguido formar um Reino de esplendor, força e harmonia, sobrevivendo a todas as investidas dos seus vizinhos. Tratava-se do *Reino do Preste João*.

Não se sabia bem onde este se situava. Dizia-se que era na Índia, mas chamava-se então Índia a tudo o que se situava a oriente do Nilo. Também se dizia que era um *Reino cristão em África*, ao sul do Egipto, onde se mantinha a versão inicial do cristianismo, tal como havia sido pregado pelos discípulos de Jesus, antes da introdução de uma hierarquia pelo Imperador de Roma.

Os relatos dos peregrinos que, século após século, visitavam a Terra Santa, já no primeiro milénio após o nascimento de Jesus Cristo, indicavam a existência de cristãos no Egipto, na zona de *Alexandria*. Davam-lhes o nome de *coptas*, por falarem a língua copta, uma reminiscência da língua e cultura dos antigos egípcios, aniquilados pelas invasões nómadas. Também se sabia de outros núcleos de cristãos coptas na região de Assuão, bem no sul do Egipto, e falava-se de um imenso *Reino cristão copta* na *Etiópia*, também chamada a *Abissínia*. Esta não tinha um Rei, mas sim um Rei sobre Reis, ou seja, um Imperador, ao qual se dava o título de *Negus*. Tudo leva a crer que, se existisse ainda um *Reino do Preste João*, este teria que ser a Etiópia e o seu Negus o próprio Preste João. O facto de que tinham

passado muitos séculos desde que, pela primeira vez, se tinha ouvido falar do Preste João e, naturalmente, o facto de que ele já não se encontrava entre os vivos, não teve peso nenhum nesta importante questão. A Fé não se explica pela razão e havia algo transcendente que empurrava a Ordem de Cristo na busca deste Reino cristão em África. Nunca nos foi revelado ao certo o que era. A razão oficial, da hipótese de uma aliança contra possíveis inimigos, também não é a mais correcta. Primeiro, porque os portugueses faziam e cumpriam as suas alianças em toda a parte, independentemente da Fé dos seus parceiros. Em segundo lugar, porque o Papa decerto não veria com bons olhos uma aliança portuguesa com o Reino copta, visto este nunca ter aceite a cadeira chamada de São Pedro, em Roma, como o trono de todas as igrejas cristãs.

Mas o que era afinal este lendário Reino da Etiópia no fim da Idade Média? Se olharmos para a cartografia, tanto a quatrocentista, como a quinhentista e a seiscentista, ainda poderemos verificar com espanto que então se imaginava um Reino com dimensões bem diferentes das que hoje lhe atribuímos. Não só o território do Egipto até Moçambique se chamava Etiópia, incluindo grande parte do Congo e das regiões vizinhas, como até se deu o nome de *Mar da Etiópia* ao Atlântico Sul. Parece que realmente se esperava um Reino gigante. Mas terá sido esta a razão que levou o Infante D. Henrique a ordenar aos seus navegadores (que em vida do Infante pouco tinham passado da Guiné) que lhe trouxessem notícias do Reino do Preste João?

Tudo leva a crer que devem ter havido outras razões bem mais profundas, mas menos acessíveis.

Que forma de cristianismo é que existia neste Reino do Preste João? Sabemos que era o cristianismo copta, o único que sobreviveu às perseguições dos primeiros tempos e que se manteve distante e isolado, permanecendo por isso mais perto do cristianismo inicial, não estatal. Sabemos

que o cristianismo copta e os seus conventos escondidos no meio das montanhas e em oásis, no deserto, foram refúgio para diversas seitas cristãs nos séculos das grandes perseguições de cristãos por cristãos. No Concílio de Niceia, os representantes das muitas igrejas cristãs que então se reuniam pela primeira vez para eleger os dirigentes da Igreja de Roma — que assumiu a chefia para toda a cristandade — foram aconselhados a fazerem-se acompanhar dos seus exemplares das sagradas escrituras, que lhes tinham sido deixados pelos discípulos de Cristo. Pretendia-se comparar as mesmas, para evitar que alguém espalhasse interpretações contraditórias. Convinha o estabelecimento de uma versão comum para todos os cristãos. Escusado será dizer que a maioria dos rolos foram queimados. Deve-se ao esforço de quarenta anos de estudo de alguns desses rolos, efectuado então por São Jerónimo, o aparecimento da Vulgata, que ainda hoje é a nossa Bíblia, obviamente após a respectiva revisão feita pela nova hierarquia eclesiástica. Dos livros que formavam o Antigo Testamento, retirou-se e baniu-se o livro de Enoch (o filho de Matusalém) e, do Novo Testamento, retirou-se o Evangelho de São Tomé. A posse, leitura ou divulgação deste evangelho era interdita e punida de forma exemplar.

Entre os gnósticos, arianos e nestorianos que se tinham refugiado em lugares remotos, encontravam-se diversos membros destacados do mundo científico de então. Levaram consigo os seus rolos e acabaram por ter discípulos secretos, que continuaram a divulgar a mensagem de Cristo na sua versão original. Para se ter acesso a estes conhecimentos era preciso ser-se escolhido e iniciado, visto o simples conhecimento e a sua divulgação serem perigosos e punidos com a morte. Grande parte dos mais antigos rolos ainda hoje existentes, que nos falam da vida de Jesus, foi encontrada em mosteiros coptas de muito difícil acesso. Os outros exemplares conhecidos descobriram-se no Egipto e em grutas do Mar Morto, ou seja, todos eles na mesma

que o cristianismo copta e os seus conventos escondidos no meio das montanhas e em oásis, no deserto, foram refúgio para diversas seitas cristãs nos séculos das grandes perseguições de cristãos por cristãos. No Concílio de Niceia, os representantes das muitas igrejas cristãs que então se reuniam pela primeira vez para eleger os dirigentes da Igreja de Roma — que assumiu a chefia para toda a cristandade — foram aconselhados a fazerem-se acompanhar dos seus exemplares das sagradas escrituras, que lhes tinham sido deixados pelos discípulos de Cristo. Pretendia-se comparar as mesmas, para evitar que alguém espalhasse interpretações contraditórias. Convinha o estabelecimento de uma versão comum para todos os cristãos. Escusado será dizer que a maioria dos rolos foram queimados. Deve-se ao esforço de quarenta anos de estudo de alguns desses rolos, efectuado então por São Jerónimo, o aparecimento da Vulgata, que ainda hoje é a nossa Bíblia, obviamente após a respectiva revisão feita pela nova hierarquia eclesiástica. Dos livros que formavam o Antigo Testamento, retirou-se e baniu-se o livro de Enoch (o filho de Matusalém) e, do Novo Testamento, retirou-se o Evangelho de São Tomé. A posse, leitura ou divulgação deste evangelho era interdita e punida de forma exemplar.

Entre os gnósticos, arianos e nestorianos que se tinham refugiado em lugares remotos, encontravam-se diversos membros destacados do mundo científico de então. Levaram consigo os seus rolos e acabaram por ter discípulos secretos, que continuaram a divulgar a mensagem de Cristo na sua versão original. Para se ter acesso a estes conhecimentos era preciso ser-se escolhido e iniciado, visto o simples conhecimento e a sua divulgação serem perigosos e punidos com a morte. Grande parte dos mais antigos rolos ainda hoje existentes, que nos falam da vida de Jesus, foi encontrada em mosteiros coptas de muito difícil acesso. Os outros exemplares conhecidos descobriram-se no Egipto e em grutas do Mar Morto, ou seja, todos eles na mesma

área do globo, não sobrando nada anterior ao século V em nenhuma outra parte do mundo cristão.

Preste João simbolizando a "chave da vida". Os contornos do seu corpo e o seu halo dão, precisamente, o "Ankh", símbolo da vida desde a era faraónica.

A Corte do Preste João.

O mais importante objecto vândalo descoberto até hoje na Lusitânia — o jarro de baptismo cristão-ariano do século V, encontrado em Lisboa, com a seguinte inscrição dedicada a Giserico (Rei dos Vândalos desde 427 a 477): "Giserico e Sucessores Eterna Vida".

O CRISTIANISMO ARIANO

Na fuga às perseguições, também surgiram na Europa cristãos arianos, seguidores de Arius de Alexandria e da sua interpretação da Fé cristã.

Como a sua convicção era profunda e partilhavam da desconfiança de muitos dos povos limítrofes do Império Romano em relação ao poder central de Roma, foi-lhes fácil actuar como missionários desta nova Fé, mas na sua versão não submetida a Roma. Espalhou-se assim o cristianismo ariano pela Península Ibérica e a Gália, onde se baptizou Giserico, o Rei dos Vândalos. Este povo tinha vindo das costas do Mar Báltico, acabando por se dirigir primeiro em direcção aos Alpes, mas seguindo depois para o ocidente, entrando na Gália. As suas lutas contra os Hunos tinham sido tão sangrentas que preferiram ocupar a Gália, que era já então uma província romana. Aqui, um general romano viu-se forçado a combater uma das tribos vândalas, prender parte da mesma e expulsá-la para as Ilhas Britânicas.

Os Vândalos acabaram, então, por se reunir e eleger um Rei que se comprometesse a descobrir uma nova terra e a combater Roma se necessário fosse.

Este Rei foi Giserico. Eleito em 427, entrou com o seu povo na Península Ibérica em 428, atravessando o estreito de Gibraltar com 18.000 guerreiros no ano de 429, para tentar conquistar Cartago, na altura a segunda mais importante cidade do Império Romano. Como as suas forças não eram suficientes, acabou por voltar à Península, juntando-se aos Béticos, Alanos e Lusitanos e formando um novo exército, então de cinquenta mil homens, com os quais fez um cerco a Cartago durante anos, acabando por tomar a cidade em 439.

Hoje fica-nos um sabor amargo na boca, quando utilizamos o nome dos Vândalos. Mas isto nada tem a ver com este povo que já se extinguiu há mais de um milénio. O termo "vandalismo" surgiu pela primeira vez num dicionário francês do século XVIII. Alguém escolheu o nome de um povo que já não se podia defender. Os Vândalos devem ter sido tão bons ou tão maus como a maioria dos outros povos então em migração pela Europa. O que justifica a sua classificação tão negativa é apenas a fonte histórica que nos fala acerca da sua existência, e que nos foi deixada precisamente pelo seu maior inimigo: a Igreja de Roma e de Bizâncio.

Giserico converteu-se ao cristianismo ariano e acabou por se tornar no seu maior defensor. Curiosamente, apareceu precisamente em Lisboa um jarro de baptismo cristão-ariano do século V que, tudo leva a crer, poderá ter bastante a ver com Giserico, tratando-se até possivelmente do seu próprio jarro de baptizado, ou de alguém que lhe estivesse muito ligado. O jarro mostra o símbolo da *cruz cristã* na forma chamada celta, utilizada também pelos Visigodos e mais tarde pelos Templários, como também pela Igreja Copta. Uma inscrição à sua volta, ainda hoje bem legível, mostra-nos que se deseja a *Giserico e seus sucessores eterna*

vida.

O aparecimento deste jarro de baptismo em Lisboa é interessante, mas não totalmente inesperado: historiadores irlandeses mantêm o conhecimento de que a cristianização da sua ilha começou por missionários cristãos arianos vândalos, vindos de Lisboa. A conversão dos irlandeses e escoceses ao cristianismo bizantino, mais tarde católico, deu-se posteriormente. Foram, no entanto, estes monges irlandeses que assumiram a cristianização da maior parte dos povos germânicos.

Os Lusitanos, Vândalos, Visigodos e tantos outros, acabaram por se tornar cristãos, mas independentes da hierarquia de Roma. Com a ajuda dos Lusitanos, Giserico construiu uma grande armada, acabando por tomar as Baleares, Córsega, Sardenha, Sicília e a Ilha de Malta. Até chegou a enviar um navio às Canárias, as Ilhas Afortunadas de então, que possuíam uma população Guanche, da qual ninguém sabe ao certo a origem. Roma enviou a sua esquadra, a maior, sob o ponto de vista do número de embarcações, de que se tem conhecimento. Foram mais de mil velas que apareceram em frente a Tunes, e quase todas foram metidas a pique. A esquadra vândala era menor, mas melhor. Em seguida, Giserico tomou a Líbia, aparecendo então em frente à costa italiana, saqueando a cidade de Roma no ano de 455. Os romanos tremeram, temendo que o Vândalo fizesse de Roma a sua nova capital. Mas narram as lendas que ele considerou Roma tão corrupta e degenerada que não queria que nem um cão seu vivesse nesta cidade. Poupou as igrejas e voltou a Cartago, a verdadeira capital do seu vasto Império, onde reinou durante cinquenta anos, acabando por morrer pacificamente de avançada idade, mas não sem antes afundar também a esquadra bizantina. O seu Império foi dos maiores e mais rapidamente erigidos. Grande parte do Mediterrâneo pertencia-lhe. Por esta razão, ainda hoje se podem encontrar mapas antigos que dão o nome

de *"Mar dos Vândalos"* ao Mediterrâneo, a que os romanos chamavam *"Mare Nostrum"*.

O que dividia tanto o cristianismo bizantino do cristianismo ariano, ao ponto de se guerrearem até à morte?... Um Rei visigodo da Lusitânia chegou a matar o seu próprio filho por esta razão.

A razão oficial, que se refere às diferentes interpretações da divindade de Cristo, não deve ter sido a mais importante. Os cristãos arianos não possuíam hierarquia eclesiástica. Tinham uma Fé profunda em Deus e aproximavam-se d'Ele através da oração. Esta tanto podia ser feita em casa, como a cavalo, como numa floresta, numa embarcação ou na praia. Consideravam Deus omnipotente e omnipresente, e pediam a Sua ajuda através da oração carregada de Fé. Obtinham assim ajuda e convicção, em qualquer parte ou circunstância.

Ora, quem entra directamente em contacto com Deus pode não ver a necessidade da existência de uma hierarquia intermediária entre Deus e os homens. Surgiu assim o perigo das hierarquias então existentes perderem o reconhecimento da sua importância, jurisdição e aceitação. Organizações gigantes lutaram pela sua sobrevivência. Roma e Bizâncio combinaram os seus esforços para acabar com este perigo de vez. Era uma luta de morte sem tréguas, que nada tinha a ver com a mensagem de Cristo.

Um século mais tarde, um general bizantino acabou por prender o último Rei vândalo e o seu povo. Aplicou-se, então, uma das sentenças mais bárbaras imagináveis. Todos os homens válidos foram sentenciados ao serviço militar vitalício na cavalaria bizantina, tendo sido enviados para as campanhas da Rússia. Os restantes eram degolados. Todas as mulheres vândalas foram obrigadas a casar com negros do Império de Bizâncio, nomeadamente com Núbios e Sudaneses. Ainda hoje se podem encontrar no sul do Egipto

e no Sudão pessoas loiras e com olhos azuis, descendentes destes casamentos forçados, através dos quais se conseguiu aniquilar um povo numa só geração.

O cristianismo ariano manteve-se, no entanto, de forma escondida (obviamente sem este nome), na antiga Lusitânia.

Quando D. Afonso Henriques fez a sua reconquista cristã, encontrou uma população moçárabe, o que significa uma convivência harmoniosa entre muçulmanos, hebreus e cristãos.

Muitos devem estranhar quando descobrem que uma das primeiras acções deste primeiro Rei de Portugal, após a tomada de Lisboa, foi o degolamento do bispo cristão de Lisboa. Podia-se pensar que D. Afonso Henriques receberia o bispo cristão de Lisboa de braços abertos e que este se sentisse liberto, mas não foi o caso. Como nenhum português quis aceitar o lugar de bispo cristão católico de Lisboa, D. Afonso Henriques nomeou, então, um cruzado britânico, Gilbert of Hastings. O relatório de um dos cruzados nórdicos que participou na tomada de Lisboa até nos fala do "milagre de Lisboa". Muitos dos habitantes fugiam das suas casas e antes de serem abatidos, ajoelhavam-se e faziam o *sinal da cruz*. Considerava-se isso uma conversão dos mouros nos últimos instantes, mas na realidade eram cristãos que estavam a ser abatidos. Portugal necessitava do reconhecimento papal como nova nação soberana, independente de Leão, e o Papa permitia a existência de hebreus, porque podiam ser convertidos e também a de maometanos, que se podiam igualmente baptizar. O que não se permitia, de modo nenhum, era a existência de cristãos convictos que não se submetiam à hierarquia de Roma. A escolha pode ter sido difícil, mas D. Afonso Henriques teve de optar. Não cumpriu o pagamento exigido pelo Papa, o que ainda causou fricções com os seus herdeiros e os representantes da Santa Sé, mas acabou com o que restava do

cristianismo ariano em Lisboa.

Terá mesmo acabado?... Não terão sido precisamente os Templários que, embora sendo uma força de elite directamente sob as ordens papais, mais do que uma vez demonstraram que nada tinham a ver com a hierarquia da Santa Sé?... Não ficou demonstrado nos processos feitos aos Templários que estes seguiam uma interpretação do cristianismo diferente da que oficialmente estava então em vigor?

Cada resposta que se encontra parece levantar várias novas perguntas. O que tinha tudo isto a ver com o Infante D. Henrique e a sua demanda pelo Reino do Preste João?

Como é que poderia interessar a Portugal ligar-se, de forma tão clara, a uma potência já então do Terceiro Mundo, que pouco passava de um Estado tribal, com remotas origens religiosas paralelas?

Que contactos é que existiam entre a Corte de Lisboa e a de Lalibela?

Já no reinado de D. Afonso V tinham surgido emissários do Negus da Abissínia. No único livro atribuído a este monarca iniciado português, escrito sobre uma temática alquímica, D. Afonso V menciona que recebeu este conhecimento dos seus dois professores de Alexandria. Esta cidade copta pode, muito possivelmente, ter tido uma ligação de grande importância para a evolução da História de Portugal, sem que nós nunca nos tenhamos dado conta disso.

Existe um túmulo romano em São Miguel de Odrinhas, perto de Sintra, com uma inscrição que nos indica que a personagem em questão era *guarda do Templo de Alexandria*.

Esta cidade, criada por Alexandre Magno no delta do Nilo, onde colocou uma colónia de elite grega, estabelecen-

do o *Reino Ptolemaico*, entrou na História universal sobretudo pela importância da sua famosa biblioteca. Alexandre da Macedónia, aluno de Aristóteles, tinha expandido o *mundo grego* em direcção ao oriente, chegando até ao Ganges, e em direcção ao sul, controlando o Nilo. Uma das suas invulgares orientações políticas foi a de juntar todos os grandes cérebros dos países que ocupava, na sua biblioteca de *Alexandria*, para que estudassem acerca das nossas origens e transmitissem as suas conclusões a alunos de elite.

Alexandre Magno também deu ordens para que os seus generais casassem com as filhas dos soberanos dos países conquistados, mantendo assim uma ligação familiar com os seus habitantes. Este seu gesto foi sempre considerado estranho. No entanto, repetiu-se séculos mais tarde nas directrizes de *Afonso de Albuquerque*, que oferecia casa de graça, uma ajuda financeira, isenção de impostos e outras regalias, aos seus capitães e navegadores que casassem com as filhas dos soberanos indígenas. O conquistador de *Goa* podia ter tomado esta iniciativa em cumprimento de ordens recebidas do seu Rei D. Manuel I, mas também é possível que ele mesmo, como homem iniciado em profundos conhecimentos do passado, tomasse esta decisão. Do Rei D. José ainda existe o alvará de 4 de Abril de 1755, um dos mais inteligentes que jamais se fez, no sentido de boa política para um relacionamento harmonioso entre populações de origens muito diferentes. Diz, nomeadamente:

«EU EL REY faço saber aos que este meu Alvará de Ley virem, que considerando o quanto convém, que os meus Reaes domínios da América se povoem, e que para este fim pode concorrer muito a comunicação com os índios, por meyo de casamentos: Sou servido declarar, que os meus Vassallos deste Reyno, e da América, que casarem com as Indias della, não ficão com infamia alguma, antes se farão dignos da minha Real attenção, e que nas terras, em que se estabeleceram, serão preferidos para aqueles lugares, e ocupações, que couberem na graduação das suas pes-

soas, e que seus filhos, e descendentes serão habeis, e capazes de qualquer emprego, honra, ou Dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em razão destas alianças...»

Desde Alexandre Magno, não existiram outros monarcas europeus, a não ser os portugueses, que encorajassem o casamento inter-racial. Coube a D. José de Portugal a honra de mostrar a todos os restantes monarcas europeus que, para a sua política, não existiam "tabus" neste campo.

As más-línguas europeias do século XVI já tinham afirmado que Deus criara o branco, o castanho, o amarelo, o preto e o vermelho e que os portugueses tinham criado o mestiço. Em Portugal chamava-se a isso a política da "cama". Os resultados foram altamente benéficos para as boas ligações entre os portugueses e muitos dos outros povos por eles encontrados.

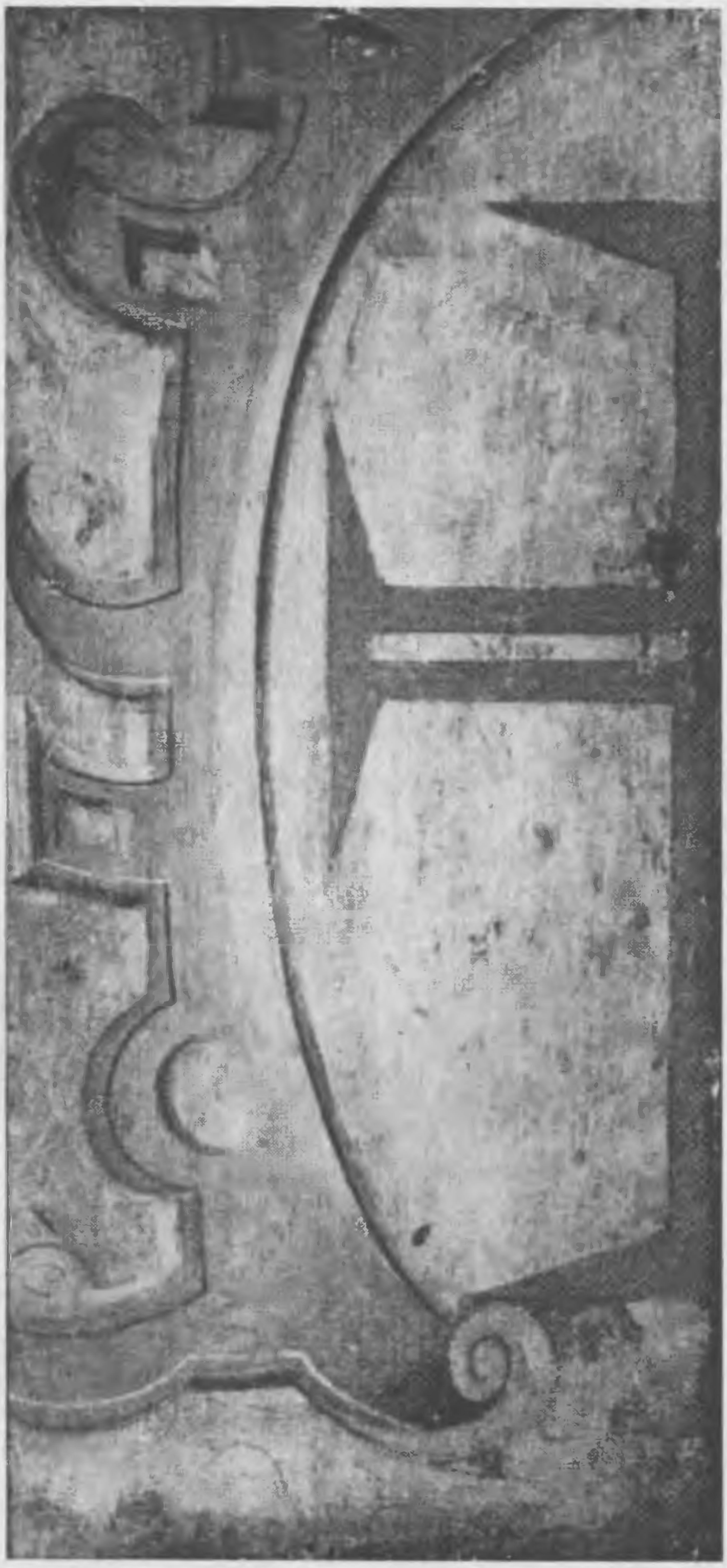
Registamos a curiosa coincidência entre o procedimento verificado na política expansionista de Alexandre Magno e a dos Reis de Portugal, muitos séculos depois. Obviamente, trata-se de uma simples coincidência, porque nada nos indica que possa ter havido uma ligação entre as formas de pensar de monarcas afastados uns dos outros por quase dois milénios. Ou será que houve?

Cavaleiro medieval com espada rosacruciana.

Um dos primeiros crucifixos que mostra Cristo na cruz, mas ainda a orar.

O Arcanjo Miguel, guerreiro, justiceiro e peregrino, com a cruz de Aviz no seu escudo, representado numa escultura afonsina (meados do séc. XV).

Pormenor de um dos rolos coptas em pergaminho que representa o Arcanjo Miguel de espada desembainhada.



Cruz de Cristo representada na parte exterior da porta de um sacrário.

A Ordem de Cristo, Herdeira da Tradição Esotérica

Os Reis de Portugal devem ter sabido da grande biblioteca de Alexandria e do fogo que a consumiu, em 48 a.C., bem como dos esforços dos seus bibliotecários, que tentaram salvar pelo menos alguns dos rolos mais preciosos (constava ter havido cerca de setecentos mil ao todo), enviando-os divididos em duas caravanas, seguindo uma pela borda do Mediterrâneo e entrando a outra nos desertos do sul.

A Ordem de Cristo também possuía cópias dos mapas do famoso *Claudius Ptolemaeus*, o cartógrafo de Alexandria do segundo século da era cristã. Os seus mapas foram copiados durante um milénio e meio, mostrando o mundo conhecido na época romana, desde as Canárias até à célebre ilha *Taprobana*, ao sul da Índia, da qual Luís de Camões nos fala no primeiro verso de *Os Lusíadas*. Ir além da Taprobana era uma espécie de viagem para além do fim do Mundo.

Quem a conseguiu realizar foram os portugueses.

Os interesses do Infante D. Henrique e dos outros membros da Ordem de Cristo, em conhecimentos cartográficos e relatos de viagens, chegaram a ser compartilhados pelo seu irmão, D. Pedro. Este Infante de Portugal fez uma viagem pelas cortes da Europa, onde em dada altura, num jantar de boa disposição com os Doges de Veneza, mencionou o seu interesse nesta matéria. Recebeu, então, uma arca com mapas e um diário de uns irmãos venezianos, que um século antes tinham voltado das suas grandes viagens à Ásia, relatando histórias inacreditáveis. Chegaram assim a Portugal, o Diário de Marco Polo, muitas das suas anotações e os seus mapas. Este diário foi publicado anos mais tarde, simultaneamente na Alemanha e em Portugal, o que é compreensível visto as principais tipografias portuguesas de então se encontrarem ainda em mãos alemãs — que as tinham introduzido em Portugal — e que mantinham ligações profundas com as suas cidades de origem, possibilitando desta forma o acesso ao precioso manuscrito, a que em Veneza ninguém ligou.

Este grave erro teve como consequência drástica (para os venezianos) a abertura de Lisboa como novo *porto da Europa* para o Oriente, e o eventual esquecimento da antiga porta que tinha sido Veneza.

Mas os conhecimentos científicos do Infante D. Henrique para se lançar à grande obra que lhe coube, não vinham só de Marco Polo ou de Claudius Ptolemaeus, mas também da própria Ordem de Cristo, como herdeira da Ordem do Templo.

Na mais antiga descrição dos feitos dos Templários em Jerusalém (uma carta escrita poucos anos após a tomada da cidade) menciona-se que os Templários residiam no local do antigo *Templo de Salomão*. Também se diz que tinham estábulos subterrâneos cavados na rocha, onde cabiam 5.000

cavalos e onde guardavam os seus 2.200. Estas referências levantam perguntas e teorias de interpretação.

Para já, é curioso verificar-se que esta Ordem Religiosa Militar, profundamente cristã, optava por utilizar um nome ligado ao mais sábio dos Reis hebraicos e ao seu Templo, quando no século XII se culpavam os judeus por terem crucificado Jesus Cristo.

Mais estranho se torna verificar a sistemática utilização por estes cavaleiros cristãos do nome de um templo que comprovadamente tinha sido destruído pelo exército romano, no ano 70 da era cristã.

Também dá vontade de pensar por que razão alguém se lembraria de construir estábulos subterrâneos cavados na rocha, coisa que nunca se fez, simplesmente porque não faz sentido. Além disso, não há lógica no facto de se construírem lugares para mais do dobro do número de cavalos que se possui. Surge, então, a teoria de que talvez os Templários tivessem encontrado salas já existentes, salas subterrâneas que não foram destruídas pelo grande fogo do ano 70. O fogo arde para cima: se o Templo de Salomão tinha salas subterrâneas, o que é bem provável, estas podem ter sido salvas, bem como parte do seu conteúdo.

O Rei Salomão era chamado *o Sábio*, porque tinha muitos conhecimentos. Ter sabedoria, ou acesso a ela, podia incluir a hipótese de que tivesse uma biblioteca subterrânea por baixo do seu Templo. Se os Templários tivessem encontrado estas salas e as utilizassem para os seus cavalos, já se tornaria mais compreensível a observação do viajante na sua carta. Mas tudo isso, por enquanto, é apenas uma possibilidade teórica.

Há, no entanto, um dado comprovativo nesta direcção. Em 1296, os Templários transportaram a sua biblioteca de Jerusalém para a ilha do Chipre, a fim de a salvar do

perigo da queda da Cidade Santa, que de facto se veio a verificar. Fala-se assim, já no século XIII, de uma significativa biblioteca templária existente em Jerusalém... Como é que a obtiveram?... E mais ainda, numa região onde nem sequer havia monges que copiassem ou escrevessem documentos deste género que se pudessem juntar para formar uma biblioteca, visto estarem todos mais empenhados em lutar pela sobrevivência diária, nas campanhas contra os muçulmanos e na busca de paz espiritual através do retiro ou da satisfação de conseguir ajudar os peregrinos! A hipótese de os Templários terem encontrado salas subterrâneas com velhos rolos e de alguns daqueles se dedicarem ao estudo dos mesmos aumenta mais ainda, quando se descobre a continuação da preocupação destes monges-guerreiros, na sua ilha do Chipre, sobre o destino que haviam de dar a esta biblioteca. Decidiram, então, construir uma *torre* própria para este efeito. A escolha para a sua localização foi Paris, na altura o principal centro templário em solo europeu. Levou anos a construção desta torre. Tinha dimensões de uma verdadeira fortaleza, mas possuía também amplas salas de leitura. Não se sabe ao certo se a biblioteca alguma vez chegou a entrar nesta torre. Sabe-se que já não estava no Chipre quando esta ilha foi tomada pelos muçulmanos. Sabe-se também que a torre foi confiscada por Filipe o Belo em 1307, mas que nada nela se encontrou. Olhando para o tempo então necessário para a sua construção, é bem possível que ainda nem sequer estivesse pronta. Dizia-se que os Templários possuíam grandes riquezas e, por isso, procurou-se ouro ou prata. Nunca ninguém as achou. Sabe-se hoje que os Templários, de facto, possuíam muita prata e eram os principais responsáveis pelo grande investimento que então se verificou, tanto na Europa como em toda a área do Mediterrâneo, lançando avolumadas quantias de moedas daquele metal no mercado financeiro internacional. A origem desta prata, que desde a época romana até ao ano 1000 era quase tão escassa como o ouro, até hoje não foi

esclarecida.

A verdadeira fortuna dos Templários, no entanto, era os seus conhecimentos, e estes, muito provavelmente, vinham da sua biblioteca, que não se sabe de onde veio nem para onde foi.

Um facto indiscutível foi que a torre especialmente construída pelos Templários para a defesa desta biblioteca, acabou mais tarde por escrever outra página significativa e pouco esperada na História. Trata-se da Torre da Bastilha, transformada pelo governo francês desde longa data em prisão, na qual, em 1789, se encontrava uma escassa dúzia de bêbedos, ladrões e maus pagadores e que acabou por ser o símbolo de uma revolução organizada pela maçonaria, que derrubou a ordem até então estabelecida. Conquistou-se a Bastilha, desmontou-se a mesma à procura do ouro dos Templários, que se esperava encontrar nos seus muros, decapitaram-se dezenas de milhares de pessoas numa orgia de sangue. Quando rolou a cabeça de Luís XVI, um grito surgiu do povo: «*Vingança para a morte de Jacques de Molay!*» Este tinha sido o último Grão-Mestre da Ordem Templária, que acabou por ser queimado vivo por ordem de Filipe o Belo, não longe da torre, numa ilha do rio Sena em Paris.

Os Templários acreditavam no renascimento, porque mantiveram o conhecimento da divisão do corpo, alma e espírito. Por isso, viam na morte apenas a destruição do seu corpo físico, facto que pode ser aborrecido e até inconveniente, mas que nunca significaria o seu fim. Consta que Jacques de Molay tenha dito, na fogueira, que chamaria o Papa Clemente V e o Rei Filipe o Belo, para o acompanharem na morte em pouco tempo. De facto, tanto um como o outro morreram logo a seguir. Mas não consta que o último Grão-Mestre dos Templários tenha lançado uma maldição futura, que possa ter alguma relação com o triste destino da família real francesa no século XVIII.

Se olharmos para o mapa do Mediterrâneo do século XIV, e se tentarmos colocar-nos no lugar de um chefe templário, na ilha do Chipre, que tenha de decidir para onde há-de levar esta preciosa biblioteca, veremos apenas uma saída possível: Portugal... A Palestina e toda a costa norte-africana encontravam-se em mãos muçulmanas, como aliás também a costa mediterrânica ibérica. A França estava nas mãos de Filipe, o Belo, que acabava de sentenciar os Templários à morte. A Itália, a Grécia e o Império Bizantino também não se encontravam em mãos favoráveis aos Templários. O único porto amigável mais próximo era a costa portuguesa, com o seu Rei D. Dinis, que tinha acabado de arrancar a Ordem Militar de Aviz à de Calatrava, e a de Santiago, situada em Palmela, à sua congénere castelhana, e que já então demonstrara que não se submeteria às formas da ordem de extinção que o Papa tinha imposto à Ordem do Templo, em todos os países da cristandade.

Temos de admitir que existe uma conclusão lógica que nos leva a crer que tenha sido possível a biblioteca templária de Jerusalém ter vindo, via Chipre, para Portugal, mas não podemos afirmar isso com certeza, visto não existirem mais provas.

Em Portugal, seria natural que a biblioteca fosse levada para Tomar, passando da Ordem do Templo para a de Cristo e, assim, para as mãos do Infante D. Henrique.

O célebre Convento de Cristo de Tomar tem sido, ao longo dos séculos, muitas vezes visitado por historiadores e estudiosos estrangeiros que se dedicaram à História dos Templários e que sozinhos acabaram por chegar à mesma conclusão, perguntando-se, sempre em vão, por esta misteriosa biblioteca.

A Rainha Isabel I de Inglaterra chegou a dar carta branca ao seu grande navegador (e pirata) Sir Francis Drake, para este tomar Sagres na busca dos famosos portu-

lanos portugueses. Estes documentos tinham uma enorme importância. Tanto Drake como Raleigh podiam guardar para eles parte substancial dos saques que efectuavam. Porém, os portulanos que caíssem nas suas mãos tinham de ser entregues ao Almirantado. Mapas e relatos de viagens ofereciam conhecimentos, e estes podiam ser bem mais preciosos do que baús carregados de cruzados de prata ou pedras preciosas.

Se os grandes conhecimentos do Infante D. Henrique não vinham somente dos mapas e diários de Marco Polo e dos mapas ptolemaicos de Alexandria, é bem possível que viessem da biblioteca da Ordem de Cristo, o que permite em parte a hipótese de terem vindo, através dos Templários, das salas subterrâneas do Templo do Rei Salomão.

Mencionou-se já que a mais importante de todas as bibliotecas conhecidas se devia a Alexandre Magno, que a mandou organizar numa espécie de Universidade própria, na sua cidade de Alexandria.

Sabemos que esta ardeu e que somente saíram parte dos rolos mais preciosos. Uns foram numa caravana, seguindo a borda do Mediterrâneo. Estando em Alexandria, sabe-se perfeitamente que não fazia sentido seguir em direcção ao ocidente, porque aí existia apenas um enorme deserto líbio, que parecia sem fim. Mas em direcção ao oriente passava-se pelo Sinai e entrava-se na Palestina, e aí havia gente especializada e culta, que sabia guardar documentos preciosos. Falamos precisamente dos sacerdotes do Templo de Salomão.

Temos assim uma nova hipótese que tem de ser encarada como possível, mas não comprovada. Possui, no entanto, uma certa lógica que se tenham entregue os documentos salvos de Alexandria à biblioteca de Jerusalém. Isto permite a passagem de parte dos mesmos para mãos templárias, seguindo depois o que ainda existisse para a

Ordem de Cristo.

A outra caravana, que seguiu para o sul, deve ter-se perdido no deserto. Nada mais se soube dela. Mas, seguindo de Alexandria para o sul, entra-se nas zonas coptas. Aí existiam muitos retiros religiosos, entre os quais se sabia haver gente de grande nível cultural, bem capaz de guardar e estudar velhos rolos de manuscritos em papiro, pergaminho ou até tábuas.

Temos assim um certo grau de probabilidade para pensar que parte dos manuscritos desta segunda caravana também se salvou e que os mesmos passaram, depois, para mãos cristãs em terras do Preste João.

O que dizia o Infante D. Henrique aos seus navegadores? «*Trazei-me notícias do Reino do Preste João!...*» Notícias de quê? Da importância deste Reino? Da sua vontade de formar uma aliança com Portugal? Ou da existência de alguém neste Reino que soubesse algo sobre documentos ou outras formas de sabedoria recuadas?

Estamos perante uma teoria, mas que tem muita força. Levantamos aqui a hipótese de os Descobrimentos Portugueses terem sido influenciados pela vontade do Infante D. Henrique de ter acesso a documentos que lhe faltavam. Os conhecimentos ancestrais tinham chegado parcialmente às suas mãos. Faltavam dados importantes. Sabia, ou calculava, onde poderiam eventualmente ser reencontrados. Mandou os seus homens em busca dos mesmos.

Este Infante não foi o único membro destacado da Ordem de Cristo que terá pensado deste modo. Outros cavaleiros iniciados devem ter tido acesso aos mesmos conhecimentos. Em 1487 partiram de Portugal *Afonso Paiva* e *Pêro da Covilhã,* mandados por D. João II ao Oriente com duas tarefas prioritárias: trazer conhecimentos concretos sobre a rota das especiarias e sobre o *Reino do Preste João*. Consta

que Afonso Paiva tenha adoecido em Alexandria e morrido no Cairo, sem ter conseguido chegar à Etiópia, mas também que os dois viajantes se tenham separado no porto de Adem, bem em frente ao Reino do Negus. Estes homens tinham sido escolhidos pelos seus conhecimentos da língua árabe e especialmente preparados para a tarefa. Pêro da Covilhã já tinha cumprido diversos serviços secretos no estrangeiro, tanto ao serviço de *D. Afonso V*, como de *D. João II*. Agora, de novo escolhido para uma difícil tarefa, acabou por ser o primeiro a chegar à Índia, em 1489, nove anos antes de Vasco da Gama. Visitou Calecut, Goa e Ormuz, chegou a ver a Kaaba em Meca, disfarçado de maometano, e acabou por se radicar na Etiópia, recebendo uma província, a seu gosto, para governar. Muito bem tratado e respeitado pelo Negus, foi-lhe negado, porém, sair deste Reino, formando, então, família e mandando notícias ao Rei de Portugal por meio de cartas enviadas por comerciantes hebraicos. Acabou por morrer no Reino do Preste João, deixando descendência.

O Rei *D. Manuel I* também se envolveu de tal modo com o Reino da Abissínia que bem poderia ter mudado a História mundial.

Quando Gutemberg inventou a fundição de caracteres e a sua composição tipográfica, criando assim a arte de imprimir em meados do século XV, começou uma corrida a estas novas oficinas e aos seus mestres. Todos os monarcas queriam, pelo menos, uma oficina impressora. Até então, os livros eram pacientemente copiados pelas mãos hábeis de monges. A arte de imprimir permitia agora uma rápida divulgação de conhecimentos, que antes não era possível. Estes tinham de ser controlados. Criou-se uma censura prévia, sem a qual nada podia ser impresso. O controlo desta censura sobre todas as casas impressoras existentes estava nas mãos da Igreja.

Surge, então, o inesperado envio de uma tipografia completa com maquinaria e os seus mestres, por parte do

Rei D. Manuel I de Portugal, ao Negus da Abissínia. Este era copta. Os coptas ainda mantinham conhecimentos do início do cristianismo, assim como da reencarnação, nomeadamente do Evangelho de São Tomé, que não deixa dúvidas a este respeito. Portugal era então uma potência militar ímpar, com grandes quantidades do mais sofisticado armamento, e capacidade de envio das suas forças militares a qualquer parte do Mundo. Portugal estava a enriquecer com o negócio das especiarias. Esta gigante força económica e militar, da qual se suspeitava há longa data que ainda guardava conhecimentos e directrizes templárias, ou seja, contrárias ao que Roma então impunha, estava a aliar-se a uma das maiores Igrejas cristãs não controladas pela Santa Sé.

Portugal parecia querer assumir no Oriente um lugar de maior relevo do que a *Igreja Bizantina*, expulsa de Constantinopla ainda há não muito tempo.

O momento era de aflição. Na mesma altura vinham notícias de que um abade alemão, a quem se tinham encomendado estudos científicos sobre a Bíblia, não só a tinha traduzido para a língua alemã, o que a tornava compreensível para milhões de cristãos da Europa Central, mas que também tinha criticado diversos aspectos da venda das bulas de perdão, tão necessárias para o financiamento das grandes construções em Roma. As diferenças entre a Santa Sé e este tal Martinho Lutero culminaram na colocação das suas teses na porta de uma igreja em Wittenburgo, dividindo-se os leitores em dois grupos: os que estavam a favor da tese — *"pro-tes-tantes"* — e os que se mantinham contra. A principal questão consistia em saber se o cristão devia seguir a mensagem de Cristo conforme vinha revelada na Bíblia, ou se devia seguir Cristo através da hierarquia eclesiástica de então. O resultado disso foi a Reforma e a Contra-Reforma. Assim, no início do século XVI, tudo parecia negro para a Santa Sé.

Na mesma altura, surge mais outra notícia. Os portugueses tinham descoberto os cristãos de São Tomé na Costa do Malabar. Trata-se de uma igreja cristã que se manteve na Índia desde os primeiros séculos da nossa era e que ainda praticava um culto ligado a um dos discípulos de Cristo: precisamente São Tomé. Até tinham um importante local religioso, onde veneravam os restos mortais deste grande apóstolo. Por cima do seu sarcófago encontrava-se uma grande laje esculpida com uma cruz muito parecida à cruz utilizada pelos Reis portugueses da Dinastia de Aviz. O Rei de Portugal mandou trazer a pedra para Lisboa, para se estudar a mesma na Sala das Pedras do Paço. Ainda hoje se deve encontrar por baixo do Terreiro do Paço.

Esta cruz, parecida com a de Aviz, e a pomba do Espírito Santo, eram símbolos bem conhecidos pelos nossos navgadores lusos.

A ligação entre os portugueses e o Negus da Abissínia chegou ao ponto de o Rei de Portugal planear a reconquista de Jerusalém, propondo ao Papa esta nova Cruzada. Este rejeitou-a, prontificando-se o Rei D. Manuel I a cumpri-la, sem a ajuda papal ou de qualquer outra nação europeia. O Negus tinha-se oferecido para ajudar com três mil cavalos. Afonso de Albuquerque prontificou-se a enviar outros tantos homens. O perigo de que Portugal e o Reino copta saíssem como grandes vitoriosos desta questão tornou-se evidente. Mas pouco tempo depois morre Afonso de Albuquerque, que queria desviar o leito do Nilo e a quem chamavam *Leão dos Mares*; morre também o Negus da Abissínia, a quem chamavam *Leão da Montanha* e que usava como símbolo um leão de pé, segurando uma cruz.

Parte interior do mesmo sacrário (ver início do capítulo), representando o Arcanjo Miguel a combater as forças de Satanás.

Pormenor de um dos pergaminhos coptas.

A Mensagem dos Pergaminhos Coptas

D. Manuel I enviou uma importante embaixada para Roma, mas também enviou outra à corte do Negus da Abissínia. No reinado de *D. João III, D. Cristóvão da Gama,* um filho de D. Vasco da Gama, foi, com perto de quatrocentos portugueses, acudir ao Reino do Preste João que estava em grande perigo de passar de vez para a moirama. Lutaram com bravura, conseguindo restabelecer este Reino cristão, mas perante a falta de forças próprias etíopes, acabaram por não aguentar. D. Cristóvão da Gama e muitos dos seus homens perderam a vida a lutar pela salvação deste Reino tão lendário como místico. Alguns sobreviveram, regressando à Índia. Outros embarcaram de volta para Portugal, demorando-se alguns ainda nos Açores.

Talvez eles tivessem trazido os rolos de pergaminhos coptas que apareceram nos Açores. Em território português, de resto, apenas se conhece um manuscrito copta. Trata-se

de uma carta enviada pelo Negus da Abissínia ao Rei D. João III. Os rolos coptas provenientes dos Açores devem datar da mesma época e também estão escritos em língua *gée*, de difícil leitura.

Um, mostra o Arcanjo *São Miguel*. Este cavaleiro celeste sempre foi de grande importância para Portugal e para toda a sua expansão. O grande arqueólogo português Leite de Vasconcelos descobriu, já no século passado, que o culto do Deus Lu da antiga *Lusitânia*, que os romanos chamavam *Endovelicus*, e era muitas vezes representado simbolicamente pela figura do javali, acabou por ser transformado, durante a cristianização, em culto ao Arcanjo São Miguel. Este, foi patrono de Portugal até ao ano de 1648, quando D. João IV, em desconhecimento das raízes iniciáticas portuguesas, o fez substituir por Nossa Senhora da Conceição, para conseguir o reconhecimento papal da Dinastia de Bragança como Casa Real Portuguesa.

A porca de Murça e o pelourinho de Bragança são berrões dedicados ao culto de Endovelicus. Na antiga Lusitânia utilizaram-se pequenas chapas de bronze, em feitio de javalis, para enviar mensagens escritas em letra ibérica, parecida com a fenícia, mas também com a escrita hebraica arcaica, já que ambas tiveram a mesma raiz.

A nossa península chama-se Ibérica, por causa da invasão de um povo chamado os *Iberos* ou *Ebéros*, que vieram do norte de África ainda no segundo milénio antes de Cristo. Pouco se sabe acerca da sua origem, mas presume-se que foram eles que trouxeram a escrita e que tinham um grau de cultura elevada.

Claudius Ptolemaeus, o cartógrafo de Alexandria do século II d.C., deixou-nos mapas precisos dos povos que então se conheciam. Entre diversos outros povos subjugados à escravatura pelos faraós egípcios, mostra-nos um que vivia nas costas do Cáucaso, num país chamado *Ibéria*.

Sabemos que durante a revolução que se deu na época de Moisés, no antigo Egipto, foram libertos muitos povos diferentes então escravizados, dirigindo-se alguns com Moisés em direcção ao Sinai e outros em direcção ao Ocidente, para dentro do deserto.

Temos aqui uma hipótese de interpretação das nossas origens mais remotas, porque é bem possível que os Iberos que entraram na nossa Península tenham originalmente vindo da Ibéria no Cáucaso.[1]

Porém, o culto do Deus Endovelicus tem características sobretudo celtas, com mistura de cultos ancestrais das culturas dolménicas, das quais descendemos, sem sequer sabermos os seus nomes.

Na cristianização, deu-se o nome de São Miguel às terras dedicadas ao culto de Endovelicus e construíram-se igrejas e capelas dedicadas a este Arcanjo Justiceiro, onde outrora se colocavam aras dedicadas ao Deus antigo, simbolizado pelo javali.

Na expansão marítima portuguesa encontramos altares dedicados a São Miguel pela Ordem de Cristo, em todas as partes do globo. Na porta de um sacrário da Ordem de Cristo, podemos observar o símbolo da cruz na parte exterior e a representação do Arcanjo São Miguel no interior *(ver capítulo precedente)*.

Normalmente, mostra-se sempre este cavaleiro celeste em luta contra o mal, que costuma estar representado pelo Diabo sob os seus pés. Mas, nos rolos coptas dos Açores, estamos perante um São Miguel de espada desembainhada que não olha para baixo, mas bem para dentro dos nossos olhos observadores. Podemos interpretar esta posição como indicação de que o mal não se encontra por baixo dos

[1] Estrabão, o grande cosmógrafo grego, também nos deixou esta interpretação.

seus pés, mas dentro de nós, o que nos leva a pensar. A posição da espada também pode indicar algo. Quando hoje alguém aponta uma arma contra outra pessoa, já se torna punível. O mesmo acontecia outrora, quando se desembainhava uma espada. Existem até espadas que usam inscrições indicadoras de uma ética própria nesta matéria, como por exemplo: «*Não me saques sem razão – nem me embainhes sem honra*». Sabendo a importância da representação de uma espada desembainhada pelo Arcanjo Justiceiro, temos de a interpretar como indicação de que o juízo está a ser feito e a justiça vai ser aplicada. Sangue vai correr. O Bem irá vencer.

O Arcanjo Miguel ao desembainhar a sua espada significa que vai restabelever a justiça e o Bem vencerá.

Noutro dos rolos coptas, temos uma tripla simbologia. Começando por baixo, vemos a *cruz de Santo André*. Como este Santo sofreu o seu martírio crucificado nesta posição, dá-se o seu nome a esta cruz. Encontramos a mesma nas costas de um pendente templário. Santo André foi um dos apóstolos mais íntimos de Jesus, aos quais foi pregado em Jerusalém o grande discurso escatológico. André significa *Fortíssimo*.

Outro dos símbolos apresentados é o da árvore da vida, que encontramos em quase todas as antigas religiões.

Perganinho copta com a rosa-cruz, a árvore da vida e a cruz de Santo André.

A terceira e talvez a mais importante representação simbólica neste rolo é a da *cruz*. Não se trata de uma cruz qualquer, mas sim da *cruz celta*, na sua versão copta *com a flor ao centro*.

A sobreposição da *rosa à cruz*, em todas as suas possíveis variantes, foi sempre uma indicação de iniciação. Quem junta a rosa à cruz sabe e transmite que sabe. Como se vê na cruz de Lutero.

O símbolo da cruz é tão velho como o homem. Nesta escultura de bronze, oriunda da Lusitânia, vemos um ex-voto com forma humana, de braços abertos e a olhar para cima. Um Lusitano em comunicação com o Divino. Data de cerca de 1000 a.C.

Ex-voto celtibérico, mostrando um homem em posição de Tau, rezando à Divindade.

No antigo Egipto conheciam-se duas formas de cruz. Uma, chamada o *tau*. Este tinha o feitio da última letra do alfabeto hebraico e encontrou o seu uso na Lusitânia, em forma de báculo ou bordão, utilizado pelos peregrinos. No túmulo da Rainha Santa Isabel, introdutora do *culto do Espírito Santo*, encontrou-se um bordão desta forma, que ainda hoje se guarda com o merecido respeito.

Rainha Santa Isabel com o seu bordão em forma de Tau.

A outra cruz egípcia era o *ankh*, uma forma de cruz ansata com uma espécie de argola em cima, fazendo lembrar o corpo humano. Os egípcios chamavam-lhe a *chave da vida*, significando morte e nascimento ao mesmo tempo. Muitas vezes surge nas representações dos hieróglifos, ao lado das figuras faraónicas ou até mesmo nas suas mãos, simbolizando o poder que lhes era dado.

Ankh – A chave da vida.

O mundo cristão só se serviu do símbolo da cruz a partir do século IV. Antes disso, representavam a sua Fé pelo símbolo dos peixes (o que era compreensível, não tanto pela palavra grega correspondente que fazia lembrar a palavra Cristo, mas porque estavam a entrar na era de *Pixis* — de Peixes — e tinham conhecimento disso). Também se serviam do símbolo da pomba, que ainda hoje se mantém como representação do Paracleto, sobretudo no culto do Espírito Santo nos Açores.

A mais antiga representação do nome de Cristo foi o símbolo do "X" ou "P X", as primeiras letras do nome

de Cristo em grego. Vemos este símbolo aplicado a um pequeno altar do deus Endovelicus. Também o encontramos nuns tijolos visigodos, junto com o símbolo da pomba, demonstrando a presença do Espírito Santo.

A utilização da cruz como símbolo cristão surgiu já na época da sua oficialização pelo poder de Roma.

Até ao fim do primeiro milénio foi usada para lembrar aos crentes a sua própria morte.

Mesmo as representações figurativas nas cruzes do primeiro milénio só mostravam os quatro Evangelistas, a Virgem, ou Jesus como pregador.

As primeiras cruzes do segundo milénio já nos mostram Cristo na posição de crucificado, mas ainda como homem vivo que nos prega da cruz. Só então se usou o nome de crucifixo. A ideia de o mostrar em posição de sofrimento, agonia ou morte surgiu mais tarde.

Nas igrejas do princípio do segundo milénio já se tinha extinto a divulgação da existência tripartida. O *corpo*, a *alma* e o *espírito* passaram a ser só dois. O corpo era controlado pela hierarquia estatal e a alma pela eclesiástica, desde o nascimento até à morte (como aliás, ainda hoje sucede).

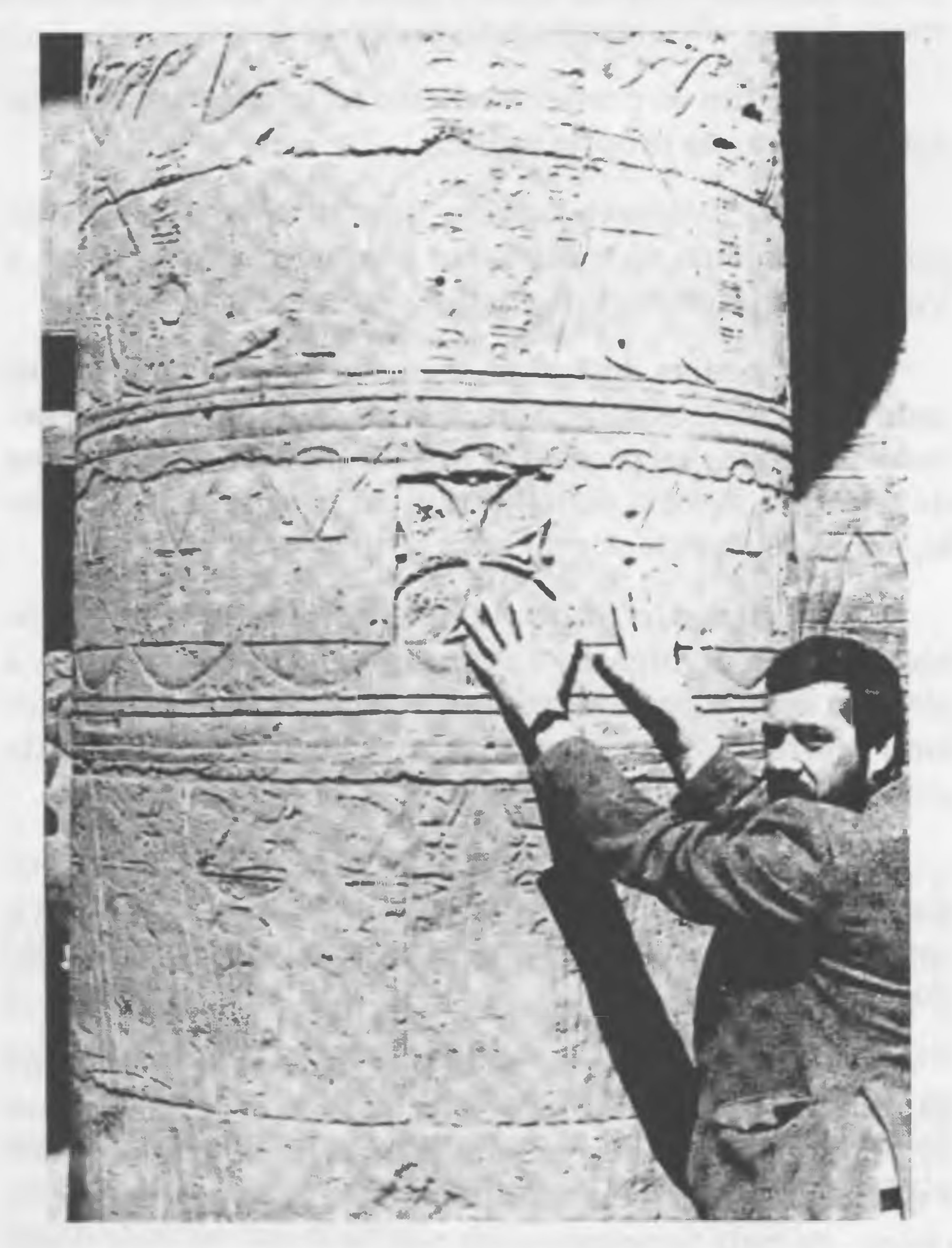
A existência do espírito não teve mais divulgação, por decisão de um concílio do século X, tal como o reconhecimento da reencarnação já tinha sido proibido num concílio do século VI.

Na Idade Média pregava-se o *medo da morte* e do purgatório. Consciencializaram-se as massas de que se tinham de portar conforme a conveniência das hierarquias estatais e eclesiásticas, estabelecidas para se poder viver em paz no corpo - na vida terrestre - e em paz na alma - na vida celeste.

Qualquer divulgação da hipótese de reencarnação era

interdita, porque esta diminuía o medo da morte.

A *cruz celta* aparece nesta coluna egípcia, sobreposta e ao lado de um anel de cruzes ankh, as célebres chaves da vida, de que os faraós se consideravam possuidores.



O autor junto a uma coluna de um templo no Alto Egipto, assinalando a cruz copta e o anel de cruzes Ankh.

Quem colocou a referida cruz nesta coluna foram os coptas que utilizaram este antigo local sagrado para o seu novo culto cristão.

Neste culto copta também se utilizou um estranho utensílio, simbolizando a passagem da vida para a morte e vice-versa.

Quer dizer, continuou-se a utilizar um objecto do culto egípcio de *Ísis*, aplicando-lhe simplesmente a cruz cristã.

Foi esta cruz celta-copta-cristã que também já tivemos na Lusitânia durante o primeiro milénio, e que se generalizou através dos Templários no início do segundo milénio.

Noutro dos rolos coptas dos Açores surge-nos outra cruz de feitio diferente. Esta é composta por diversos círculos.

Pormenor de um dos rolos coptas que apresenta uma cruz composta por círculos. Ao lado, uma cruz em bronze com o mesmo feitio.

O *círculo* sempre teve o significado de eternidade. Por essa razão, ainda hoje se trocam alianças no momento do casamento. Também em outras cruzes bizantinas encontramos estes motivos circulares, representados das mais diversas maneiras.

A linguagem esotérica é, muitas vezes, transmitida pelos símbolos, cujo significado é idêntico, ou pelo menos parecido, em culturas que estão geográfica e temporalmente bem distantes umas das outras.

Sabemos, por exemplo, que os mais antigos cultos conhecidos em terras da Lusitânia utilizavam conchas nos locais da sua divindade.

A concha manteve-se, durante milénios, como símbolo de peregrinação, ou da busca para uma vida nova.

A Ordem de Santiago utilizou tanto os símbolos da cruz da *flor-de-lis* acabando em espada, como o da *vieira*, uma concha que se desloca em eterna peregrinação.

Por vezes também se construíam os nichos das imagens religiosas em forma de concha.

Na arte copta encontramos das mais antigas representações da concha como portadora da vida. Numa dessas representações vemos a vida surgindo da concha, usando como pendente outro símbolo, o da *rosa*.

A rosa significa o *nascimento*. Tal como as pétalas de um botão ao desabrochar soltam uma bela flor, assim também a vida saiu da água, assumindo-se com todo o seu esplendor.

Na Ásia, ainda hoje se reza: «*O mani padme hum*» – «*Ó tu, ó grande, saído duma flor-de-lótus*». Obviamente, refere-se ao nascimento de Buda. Também no Japão se interpretou Cristo como tendo saído de uma flor. As cruzes rosacrucianas, introduzidas pelos portugueses em Nagasaqui, foram

veneradas pelos convertidos e destruídas pelos seus perseguidores. Surgiram assim cruzes com a figura de Buda ao centro em vez da flor, como uma espécie de solução de compromisso inventada em época de aflição.

O símbolo da rosa surge também na Lusitânia, em diversas estelas romanas, chamando a atenção para a nova vida no Além.

Por cautela, os cristãos arianos utilizaram o símbolo da *rosa-cruz* de forma disfarçada. Tanto a rosa como a cruz estavam presentes, mas a sua presença somente se revelava ao bom observador.

Existiam cruzes em ouro, em prata, em marfim, chumbo, bronze ou madeira.

Tudo servia para representar o casamento da rosa e da cruz, do nascimento e da morte. Tratava-se de uma ostensiva demonstração da profunda convicção no renascimento.

A cruz representada no rolo copta é uma destas rosa-cruzes, bem parecida com aquelas utilizadas pelos cristãos arianos e os Templários.

Se formos ver a *"assinatura em cruz"* — termo que ainda hoje se usa — ou mais especificamente, o selo rodado da Rainha D. Teresa, mãe do nosso primeiro Rei (que tantos privilégios deu aos Templários), podemos reconhecer a cruz sobreposta a uma rosa.

Selo rodado da Rainha D. Teresa.

A própria assinatura de D. Afonso Henriques, no mais antigo documento conhecido, onde o monarca se intitula *Rei de Portugal*, ainda antes da tomada de Lisboa, mais não é do que essa mesma sobreposição, um pouco mais disfarçada, mas bem presente.

A assinatura de D. Afonso Henriques, onde se consegue distinguir a Cruz de Cristo com a palavra "Rex", sobreposta às pétalas da Rosa Mística.

As estelas portuguesas da Idade Média, que ainda existem às centenas, espalhadas por todo o país, usam essa mesma representação (cruz + rosa).

É preciso que eduquemos os nossos olhos, para podermos ver algo que, de outra forma, passará sem ser notado.

Mesmo as representações da *cruz de Cristo* surgem igualmente sobrepostas às pétalas da rosa, o que nos mostra indícios de que esta Ordem manteve os pontos de vista defendidos pelos Templários.

Muitos dos sinetes medievais portugueses falam-nos nesta linguagem de símbolos e neles podemos ver a *cruz*

templária, a de *Cristo*, a de *Santiago*, a de *Aviz* e muitas delas sobrepostas à rosa do nascimento.

Muitos dos cavaleiros medievais portugueses e os seus descendentes da era dos Descobrimentos eram iniciados e portadores de uma Fé profunda, baseada no cristianismo inicial.

Talvez fosse por essa razão que todos os filhos de D. João III morreram tão cedo. Veja-se o pai de D. Sebastião, que faleceu 18 dias antes do nascimento do filho. A mãe de D. Sebastião, a Princesa Joana, abandonou a corte de Lisboa meses depois de o ter dado à luz, refugiando-se no Convento das Descalças em Madrid e deixando esta frágil criança entregue ao cuidado de dois padres. O resultado foi o desastre de Portugal em Alcácer-Quibir, a aniquilação da fidalguia portuguesa e da sua força militar, do qual este país nunca se recuperou verdadeiramente.

O cristianismo, na prática portuguesa, era diferente do que se ensinava então noutros países.

Os Reis de Espanha receberam o título papal de *defensores da Fé*.

Portugal utilizava os seus próprios títulos, ligados à conquista e ao comércio das costas de África e da Ásia, mencionando a Etiópia, mas não a Fé. Esta mantinha-se em segredo.

Já no ano de 1318, possivelmente o mais difícil ano da História de Portugal, onde tanto a Fé, como a *razão da Existência* e a capacidade de *cumprimento da Missão de Portugal* estavam postas em causa, viu-se quem sabia e sentia mais sobre o cristianismo.

Foi a *Rainha Santa*, a quem foi atribuído o *milagre das rosas* (tal como anteriormente havia sido atribuído à sua avó), que surgiu entre o povo, divulgando o *culto do Espíri-*

to Santo, que ainda hoje, com crescente força, se venera nos Açores, nas comunidades açorianas nas Américas, e num ou noutro local ligado à História dos Templários em Portugal Continental.

O símbolo da *pomba sobre o templo*, junto à rosa e à cruz, encontra-se numa vara quinhentista de *juiz do Espírito Santo*, levada pelos navegadores às ilhas do meio do Atlântico.

Na sua obra *História Secreta de Portugal*, António Telmo mostra-nos um dos edifícios mais sagrados do tempo dos Descobrimentos: a *capela da iniciação dos navegadores*. Hoje, tudo o que resta deste monumento encontra-se espalhado no meio do mato.

Ignorância?... Incúria?... Alta traição, ou falta de patriotismo?...

Não sabemos as razões desta destruição dum local sagrado das nossas raízes, mas tristemente temos de registar o facto.

Quem terá sido o arquitecto desta capela? Não o sabemos, mas logo um nome nos surge: o de *Boytaca*, o grande arquitecto, cuja origem se desconhece. Sabe-se que foi um dos arquitectos que trabalharam no *Mosteiro dos Jerónimos* e também no *Mosteiro da Batalha*; que a *Casa do Capítulo* e o *Claustro do Convento de Cristo de Tomar* foram da sua autoria e que também trabalhou no *Paço de Sintra* e no *Convento de Cristo em Setúbal*, bem como em diversas fortalezas das *praças portuguesas em África*.

Uns diziam que talvez fosse francês, outros talvez italiano, mas não se sabe ao certo de onde vinha. Conhecendo o costume desta época de se escrever nomes em anagramas, demo-nos ao trabalho de recolocar as mesmas letras do seu nome (na forma em que ele assinava), noutras posições.

Para isso, temos de saber que o "Y" equivalia a dois "i", ou a um "i" e um "j", visto nessa época se fazer pouca distinção entre as duas.

Verificamos assim que o anagrama perfeito de *Boytaca* é *"Jacobita"*.

Será que este grande arquitecto, que saiu do nada, nos quis deixar uma indicação de quem se tratava, ou por ordem de quem trabalhava? Parece-nos que sim. Os *jacobitas* eram cristãos nestorianos que se tinham refugiado no Reino copta. Obedeciam a regras especiais de iniciação e criaram uma elite altamente especializada de matemáticos, médicos, astrónomos, conhecedores de muitas línguas (inclusivamente de algumas já então consideradas mortas) e arquitectos. Com o seu amplo saber, conseguiam obter lugares de destaque nos governos de muitos países, onde indirectamente espalhavam o cristianismo, pelo bom exemplo que demonstravam aos membros das respectivas cortes. Espalharam-se desde a costa atlântica africana até aos distantes desertos da Mongólia, ajudando os que pudessem fazer uso dos seus conhecimentos e fazendo a sua acção missionária.

Todos estes pormenores nos mostram uma forte ligação templária nas directrizes dos Descobrimentos Portugueses. Também verificamos que a ordem do Infante D. Henrique, na demanda do Reino do Preste João, nos oferece uma porta de acesso a conhecimentos que nos permitem uma maior compreensão para muitas páginas da História de Portugal.

CONCLUSÃO

A raiz comum no cristianismo inicial, tanto dos conhecimentos templários, como dos da Ordem de Cristo e das suas ligações a Alexandria e ao Reino copta, oferecem-nos pistas que merecem ser seguidas em busca de mais elementos.

A linguagem dos símbolos, presente em toda a arquitectura medieval e renascentista portuguesa, e depois transportada pelos nossos navegadores até aos mais longínquos confins do Mundo, vai-nos acompanhar na bela tarefa de consciencialização da nossa própria identidade, do motivo da nossa vinda, da razão da nossa existência e do caminho que havemos de cumprir.

Quando os cientistas quinhentistas, defensores da Rosa e da Cruz, resolveram representar cartograficamente a Europa em forma de *Virgem*, sendo a Lusitânia a sua coroa e apontando a sua cruz em direcção aos Açores, deixaram-nos uma pista preciosa, já seguida por Fernando Pessoa,

quando reclamava que *falta cumprir Portugal*.

A chama lusa sobreviveu, ainda que às escondidas, à anexação da antiga Lusitânia pelo Império Romano. Renasceu com força no século XII através da Ordem do Templo, criando-se então Portugal. Expandiu-se no Mundo pela mão da Ordem de Cristo e dos seus cavaleiros iniciados. Aguentou as décadas de domínio castelhano e os séculos de governação por Reis e Estadistas bem intencionados, mas não conhecedores das tarefas que ainda se encontravam à nossa frente.

Existem razões para acreditar que a chama lusa sobreviverá à integração deste país na comunidade que agora se forma, e que todas as parcelas do mundo lusíada espalhadas pelo globo continuarão a mostrar o seu carinho pela Pátria-Mãe.

Há algo de belo, dificilmente explicável, que ainda hoje une homens do interior da floresta amazónica do Brasil, das praias negras dos Açores, do mato africano e das águas quentes do Mandovi em Goa.

Pode-se mudar a moeda e a bandeira e emitir novos passaportes, mas não se há-de apagar a chama interior, ateada pela missão dos Templários e semeada pelos descobridores.

Fernando Pessoa, o último cavaleiro luso da Rosa e da Cruz, deixou-nos indicações sobre a tarefa que Portugal ainda vai ter de cumprir quando nos diz: «*A futura civilização europeia será uma civilização lusitana*» e «*Só duas nações, a Grécia passada e Portugal futuro receberam dos deuses a concessão de serem não só elas mas também todas as outras*».

Sem dúvida criaram-se aqui duas identidades, ambas consideradas portuguesas. A primeira é a do *português ibérico*, que sente afinidade e parentesco com o continente europeu. A segunda é a do *português global*, que sente carinho

para com a Pátria-Mãe, mas que se afirma em qualquer parte do planeta, levando consigo uma *inabalável Fé* e o sentido de uma *Missão por cumprir*.

Em reconhecimento das dificuldades sofridas por estas gerações de homens que nos antecederam e em sua homenagem, desejo terminar esta exposição com um convite à meditação sobre as seguintes palavras de Fernando Pessoa:

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Pra que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Obras publicadas

As Mansões Secretas da Rosa-Cruz
Raymond Bernard

Portugal Cristianíssimo
Rainer Daehnhardt

A Câmara Secreta do Potala
Yohannès C. Na Douma

Reflexos do Espírito e da Matéria
Luís-Carlos Silva

Os Dois Corvos de Odin
S. Franclim

A Publicar

Cartas de Parte Alguma
Raymond Bernard

Encontros como Insólito
Raymond Bernard

Homens, Espadas e Tomates
Rainer Daehnhardt

Limiar
José Flórido

Agulhas de Pedra
Tom Graves

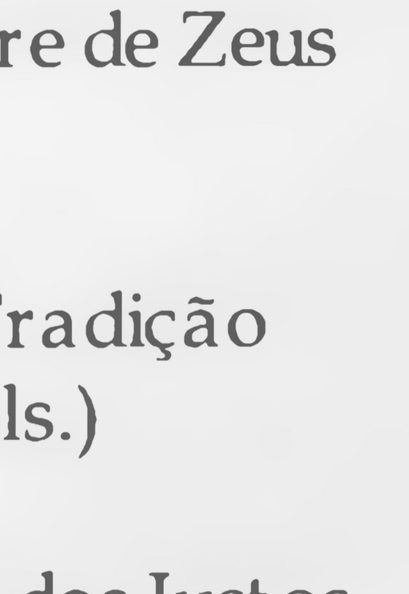
Faces da Tradição
(Entrevistas)

O Sol Naquele Dia ou a Árvore de Zeus
S. Franclim

Espiritualidade, Cultura e Tradição
(Vários autores — 3 vols.)

A Rainha das Fadas — A Mãe dos Justos
Yohannès C. Na Douma

www.zefiro.pt



Membro honorário da *ASAC (American Society of Arms Collectors)*, entidade máxima americana do género que em 25 anos de existência elegeu o autor como 3º membro honorário estrangeiro.

Participou em dezenas de congressos internacionais de historiadores de armas antigas.

Foi convidado por entidades governamentais norte-americanas para fazer uma série de conferências sobre a evolução da armaria, em diversos estados americanos, tendo discursado por exemplo no *Smithsonian Institute* de Washington, no *Metropolitan Museum, Harvard*, Nova Iorque e *Arizona Historical Society*, Texas e Califórnia.

Autor de dezenas de livros e centenas de artigos, na sua maioria ligados à armaria antiga, à História de Portugal ou à sua preocupação com a evolução da Humanidade.

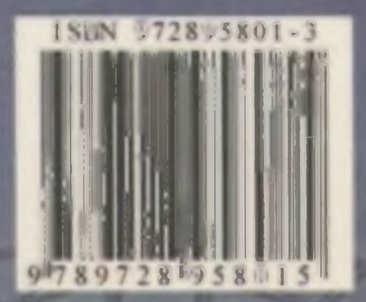
Enquanto se ensina que Portugal, a mais antiga nação europeia, surgiu pela reconquista cristã, levada a efeito por D. Afonso Henriques, omite-se uma outra luta titânica que teve então lugar. Porém, foi dessa luta que nasceu Portugal.

O Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, era borgonhês e vassalo do Rei de Leão. Na Idade Média, quem era filho de vassalo, vassalo era. Assim, Portugal nasceu através da quebra de vassalagem. Um caso gravíssimo! Quem é que poderia evitar que D. Afonso Henriques fosse sentenciado à morte pelo Rei de Leão e banido de qualquer ajuda cristã? Apenas o Papa. E assim foi. D. Afonso Henriques conquistou Portugal aos mouros, não o entregando ao Rei de Leão nem ficando com ele. Optou por o oferecer ao Papa com o pedido de o reconhecer como seu representante e novo vassalo. Tudo isto é algo pouco divulgado. O que porém sempre foi segredo é o conhecimento de que D. Afonso Henriques não se dirigiu ao Papa, mas ao Contrapapa.

O Papa de então, Anacleto II (1130-38), era um judeu convertido, filho do maior banqueiro transalpino, a quem grande parte da fidalguia cristã devia dinheiro. O Contrapapa, Inocêncio II, refugiado em França, era cristão-velho, mas era apenas apoiado por dois homens, São Bernardo de Claraval e o Imperador da Alemanha. D. Afonso Henriques juntou-se aos dois e ficou no lado certo, pois no final foi Inocêncio II que ficou no trono do Papado.

Foi Portugal que colocou o seu peso na balança para a criação de um "caminho cristianíssimo". Foi neste caminho que Portugal se destacou, cumprindo duas das suas razões de existência. Fernando Pessoa diria que faltava cumprir a terceira, séculos depois de os templários já terem cumprido os Descobrimentos Portugueses.

Agora, do passado chegam-nos as indicações acerca do nosso caminho futuro.

Em tempos de aflição até o véu do secretismo se rasga no Templo da Verdade.

RAINER DAEHNHARDT